DC JURÍDICO

CURSO INTENSIVO

Ministério Público

SIMULADO

PROVA OBJETIVA

Simulado Geral MPMG

80 Questões; Blocos 1 a 4 com Gabarito Comentado

@juridico.dc

dcpreparatorio@gmail.com

+55 37 8411-9236

DC JURÍDICO

Preparação para Magistratura e Ministério Público

SIMULADO OBJETIVO

MPMG | Simulado Geral | 80 Questões |

ESTRUTURA DA PROVA

Módulo	Disciplina	Conteúdo-base	Questões
I	**Bloco 1**	Constitucional, administrativo, tributário e eleitoral	01 a 20
II	**Bloco 2**	Penal, processo penal e criminologia	21 a 40
III	**Bloco 3**	Processo civil e civil	41 a 60
IV	**Bloco 4**	Processo coletivo, direitos humanos e ambiental	61 a 80

INSTRUÇÕES

Esta prova contém **80 questões objetivas**, distribuídas em **quatro blocos de 20 questões**, com **cinco alternativas** cada (A a E), das quais apenas uma deve ser assinalada, conforme o comando de cada questão. Os enunciados seguem o estilo da banca do **Ministério Público de Minas Gerais**, com assertivas numeradas e combinações, proposições doutrinárias extensas, casos concretos e comandos que ora pedem a alternativa correta, ora a **incorreta**, exigindo leitura atenta.O gabarito encontra-se após a última questão, seguido do gabarito comentado, que examina todas as alternativas e destaca o melindre de cada questão.

BLOCO 1 | CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E ELEITORAL
Questões 01 a 20

QUESTÃO 01 | Direito Constitucional

A respeito da nacionalidade, assinale a alternativa **correta**.

A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiros, ainda que nenhum deles esteja a serviço do Brasil, independentemente de registro em repartição competente ou de residência no país, bastando a ascendência.

B) A naturalização extraordinária depende de requerimento do estrangeiro residente no país há mais de quinze anos ininterruptos, exigindo-se, além da ausência de condenação penal, a prova de capacidade econômica e o domínio da língua portuguesa aferido por exame oficial.

C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a criança nascida no exterior e adotada por brasileiro, registrada em repartição consular competente, é brasileira nata, solução que prestigia a igualdade entre filhos biológicos e adotivos e o melhor interesse da criança.

D) A perda da nacionalidade brasileira por aquisição voluntária de outra nacionalidade é automática e irreversível, não comportando reaquisição, dada a vedação constitucional à dupla nacionalidade.

E) A distinção entre brasileiros natos e naturalizados pode ser estabelecida pela lei ordinária sempre que presente interesse público relevante, como ocorre nos cargos de direção das agências reguladoras.

QUESTÃO 02 | Direito Constitucional

Sobre a liberdade de expressão no ambiente digital e a responsabilidade dos provedores de aplicação, à luz da orientação mais recente do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Além da responsabilidade por descumprimento de ordem judicial de remoção, o provedor pode responder civilmente quando, por falha sistêmica, deixar de adotar as medidas adequadas de prevenção e de remoção imediata de conteúdos que configurem crimes graves, como terrorismo, racismo, incitação ao suicídio e crimes contra mulheres e crianças.

B) A liberdade de expressão, por integrar o núcleo essencial do regime democrático, é direito absoluto, de modo que a remoção de conteúdo só se legitima mediante decisão judicial transitada em julgado.

C) A responsabilidade do provedor de aplicação é sempre objetiva, fundada no risco da atividade, independentemente de notificação, de ordem judicial ou de qualquer juízo sobre a diligência adotada.

D) A vedação ao anonimato não alcança as manifestações em redes sociais, por força da proteção reforçada conferida ao discurso político na internet.

E) O direito de resposta, por depender de regulamentação legal específica ainda inexistente, não é exercitável em face de ofensas veiculadas por meio eletrônico.

QUESTÃO 03 | Direito Constitucional

Considerando a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal sobre igualdade material, analise as assertivas a seguir.

I. É inconstitucional a lei estadual que proíbe a adoção de cotas étnico-raciais e de outras ações afirmativas em instituições de ensino superior públicas ou mantidas com recursos públicos.

II. É constitucional a lei que classifica a visão monocular como deficiência sensorial visual, exigindo-se, para a fruição dos direitos correspondentes, avaliação biopsicossocial individualizada.

III. São inconstitucionais os dispositivos legais que impõem ao setor privado deveres de transparência salarial e de divulgação de critérios remuneratórios, por violarem a livre iniciativa e o sigilo empresarial.

IV. As ações afirmativas, por configurarem discriminação positiva, dispensam qualquer juízo de proporcionalidade e de temporariedade, bastando a finalidade inclusiva declarada pelo legislador.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

C) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

E) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

QUESTÃO 04 | Direito Constitucional

Sobre o teto remuneratório constitucional, à luz do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) As parcelas de caráter indenizatório podem ser criadas por resolução de tribunal ou por ato do conselho superior da respectiva instituição, desde que vinculadas a despesas efetivamente suportadas pelo agente público.

B) A criação de auxílios e de verbas rotuladas como indenizatórias depende de lei federal específica, e o conjunto dessas parcelas submete-se a limite percentual do subsídio mensal, sob pena de burla ao teto constitucional.

C) O teto constitucional não alcança a magistratura e o Ministério Público, cujas remunerações se submetem exclusivamente aos limites fixados nas respectivas leis orgânicas.

D) As vantagens pessoais adquiridas antes da Emenda Constitucional 41/2003 permanecem integralmente imunes ao teto, por força do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

E) A percepção cumulativa de subsídio e de proventos de aposentadoria é vedada em qualquer hipótese, inclusive quando decorrente de cargos acumuláveis na atividade.

QUESTÃO 05 | Direito Constitucional

A respeito das comissões parlamentares de inquérito, assinale a alternativa **correta**.

A) A comissão parlamentar de inquérito pode determinar a interceptação telefônica e a busca domiciliar, por deter poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

B) A criação da comissão depende de deliberação do plenário da Casa legislativa, de modo que a subscrição do requerimento por um terço dos membros constitui mera proposta sujeita a aprovação por maioria.

C) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar a indisponibilidade de bens do investigado, medida inerente ao poder geral de cautela que lhes é reconhecido.

D) A prorrogação do prazo de funcionamento da comissão não é automática nem constitui direito subjetivo da minoria parlamentar, dependendo de deliberação formal da respectiva Casa legislativa.

E) A quebra de sigilo bancário e fiscal por comissão parlamentar de inquérito independe de fundamentação individualizada, bastando a pertinência temática com o fato determinado investigado.

QUESTÃO 06 | Direito Constitucional

Sobre o controle de constitucionalidade, analise as assertivas a seguir.

I. A modulação dos efeitos da decisão exige quorum de dois terços dos membros do tribunal e fundamenta-se em razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

II. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é regida pelo princípio da subsidiariedade, somente sendo cabível quando não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.

III. A declaração de inconstitucionalidade de norma estadual em controle concentrado perante tribunal de justiça, por violação de norma constitucional estadual de reprodução obrigatória, não comporta recurso extraordinário, dada a autonomia dos entes federados.

IV. A inconstitucionalidade por arrastamento alcança dispositivos não impugnados na petição inicial, desde que haja relação de dependência ou de interdependência com a norma declarada inconstitucional.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 07 | Direito Constitucional

Sobre os métodos de interpretação constitucional, assinale a alternativa **correta**.

A) O método tópico-problemático, de Theodor Viehweg, parte da primazia da norma sobre o problema, de modo que a solução do caso concreto decorre da subsunção ao texto constitucional previamente delimitado.

B) Para Konrad Hesse, o intérprete deve partir do problema concreto para a norma, atribuindo precedência ao caso sobre o texto, do que resulta a chamada pré-compreensão problemática.

C) No método normativo-estruturante, de Friedrich Müller, o programa normativo corresponde à realidade social subjacente, e o âmbito normativo, ao enunciado linguístico do dispositivo.

D) Para Rudolf Smend, o método científico-espiritual compreende a Constituição como ordem de valores e instrumento de integração da comunidade, interpretação que lhe rendeu a crítica da indeterminação e do excessivo subjetivismo.

E) A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, de Peter Häberle, restringe a legitimidade interpretativa aos órgãos estatais formalmente investidos, reservando aos particulares mera participação consultiva.

QUESTÃO 08 | Direito Constitucional

A respeito do histórico das Constituições brasileiras, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A Constituição de 1824 foi semirrígida, confessional e previu quatro poderes, incluindo o Poder Moderador, segundo o modelo de Benjamin Constant.

B) A Constituição de 1937, outorgada no Estado Novo, previu a realização de plebiscito para a sua confirmação, o qual, realizado em 1938, ratificou o texto outorgado.

C) A Constituição de 1934 instituiu a reserva de plenário, a representação interventiva, o mandado de segurança e a ação popular, além de consagrar o voto feminino e a assistência judiciária gratuita.

D) O controle abstrato de constitucionalidade, por meio da representação de inconstitucionalidade genérica, foi introduzido pela Emenda Constitucional 16, de 1965, na vigência da Constituição de 1946.

E) A Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988 foi convocada pela Emenda Constitucional 26, de 1985.

QUESTÃO 09 | Direito Administrativo

Sobre as modalidades restritivas de intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa **correta**.

A) A limitação administrativa atinge o caráter exclusivo da propriedade e, por recair sobre bem determinado, enseja, em regra, o dever de indenizar.

B) A servidão administrativa atinge o caráter absoluto da propriedade, é imposta a bens indeterminados e não admite indenização, por não haver perda da propriedade.

C) A requisição administrativa pressupõe situação de perigo público iminente e, por essa razão, jamais gera dever de indenizar, ainda que haja dano ao particular.

D) O tombamento voluntário prescinde de qualquer pronunciamento do órgão técnico competente, bastando o requerimento do proprietário, e confere ao Poder Público direito de preferência na alienação do bem.

E) A desapropriação é a única modalidade de intervenção que não se funda no poder de polícia, mas na supremacia do interesse público, acarretando a perda da propriedade mediante indenização.

QUESTÃO 10 | Direito Administrativo

A respeito da desapropriação, assinale a alternativa **correta**.

A) A declaração de utilidade pública caduca em dois anos, e a de interesse social, em cinco anos, contados da expedição do respectivo decreto.

B) A desapropriação sancionatória de imóvel urbano que não cumpre a função social é paga em dinheiro, à vista, acrescida de juros compensatórios, por se tratar de ato vinculado do Município.

C) Na desapropriação indireta, o prazo prescricional da pretensão indenizatória é de dez anos quando o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído ao imóvel natureza de utilidade pública ou de interesse social, encontrando-se superada a Súmula 119 do Superior Tribunal de Justiça.

D) A desapropriação confiscatória de glebas em que se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas assegura ao proprietário indenização correspondente ao valor da terra nua.

E) A imissão provisória na posse depende do trânsito em julgado da sentença que fixa o valor da indenização, sob pena de violação à justa indenização prévia.

QUESTÃO 11 | Direito Administrativo

Considerando o regime da Lei 8.429/1992, com as alterações da Lei 14.230/2021, e o julgamento das ações diretas que a examinaram, assinale a alternativa **correta**.

A) Subsiste a modalidade culposa de improbidade administrativa nas hipóteses de dano ao erário, dada a gravidade da lesão patrimonial.

B) A ação de improbidade tem natureza civil e não se confunde com a ação civil pública; o ressarcimento do dano pode ser exigido solidariamente; e a absolvição criminal transitada em julgado não impede, por si só, a ação de improbidade, salvo quando fundada na inexistência do fato, na negativa de autoria ou em excludente de ilicitude.

C) A perda da função pública, quando aplicada, restringe-se ao vínculo em cujo exercício o ato ímprobo foi praticado, sendo vedada a sua extensão a outras funções ocupadas pelo agente.

D) A responsabilização de sócios, diretores e colaboradores de pessoas jurídicas depende sempre da comprovação de que auferiram benefício direto do ato de improbidade.

E) O prazo prescricional, uma vez interrompido, recomeça pela metade, de modo que a contagem reiniciada passa a ser de quatro anos.

QUESTÃO 12 | Direito Administrativo

Sobre o regime jurídico dos agentes públicos e as recentes teses de repercussão geral, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica aplica-se também aos professores contratados temporariamente.

B) Os advogados públicos devem manter inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, sujeitando-se, no exercício da advocacia pública, ao poder disciplinar do respectivo órgão correicional.

C) O Ministério Público, quando vencido, não se sujeita à condenação em honorários advocatícios de sucumbência, devendo custear com dotação orçamentária própria as perícias que requerer.

D) A acumulação remunerada de cargos públicos, quando admitida, submete-se ao teto remuneratório, considerado isoladamente cada vínculo, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal.

E) A estabilidade do servidor público é adquirida após dois anos de efetivo exercício, exigindo-se, como condição, a aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

QUESTÃO 13 | Direito Administrativo

Em determinado Município, a Secretaria de Obras executou serviço de pavimentação e deixou vala aberta e sem sinalização em via pública. Durante a noite, Barbara Gordon, que trafegava

regularmente de bicicleta, caiu na vala e sofreu lesões. Em processo distinto, apurou-se que agente público municipal, no exercício da função, causou dano a terceiro mediante conduta comissiva.

À luz do art. 37, § 6º, da Constituição e da jurisprudência, assinale a alternativa **correta**.

A) A responsabilidade do Município pela conduta comissiva do agente é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, admitindo-se as excludentes de culpa exclusiva da vítima, de fato de terceiro e de caso fortuito ou força maior; quanto à omissão específica, em que o Estado tinha o dever concreto de agir e criou a situação propícia ao dano, a responsabilidade também é objetiva.

B) Em qualquer hipótese de omissão estatal, a responsabilidade é subjetiva, exigindo-se a demonstração de dolo ou de culpa individualizada do agente público omisso.

C) A responsabilidade objetiva do Estado funda-se na teoria do risco integral, de modo que a culpa exclusiva da vítima não afasta o dever de indenizar.

D) A ação de regresso contra o agente público independe da demonstração de dolo ou culpa, bastando a condenação do ente estatal e o efetivo pagamento da indenização.

E) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente apenas perante os usuários do serviço, aplicando-se aos não usuários a responsabilidade subjetiva.

QUESTÃO 14 | Direito Administrativo

A respeito dos serviços públicos e do regime das concessões, assinale a alternativa **correta**.

A) A alteração unilateral das cláusulas regulamentares do contrato de concessão dispensa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, dado o caráter instável das condições de prestação do serviço.

B) A encampação independe de lei autorizativa e de prévio pagamento da indenização, bastando a comprovação do interesse público na retomada do serviço.

C) A caducidade pressupõe inexecução total ou parcial do contrato pela concessionária, é declarada por decreto após processo administrativo em que se assegure a ampla defesa, e a indenização eventualmente devida é apurada descontando-se o valor das multas e dos danos causados.

D) A reversão dos bens afetos ao serviço, ao final da concessão, opera-se sempre a título gratuito, por integrarem o patrimônio público desde a celebração do contrato.

E) O princípio da continuidade impede, em qualquer hipótese, a interrupção do serviço público essencial por inadimplemento do usuário.

QUESTÃO 15 | Direito Tributário

Sobre os impostos em espécie e as inovações da Emenda Constitucional 132/2023, assinale a alternativa **correta**.

A) O imposto sobre produtos industrializados submete-se à anterioridade de exercício, mas não à noventena, e a sua seletividade é facultativa.

B) O imposto sobre transmissão de bens imóveis admite alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel apenas quando houver autorização em lei complementar federal.

C) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores não pode incidir sobre veículos aquáticos e aéreos, vedação que a Emenda Constitucional 132/2023 manteve integralmente.

D) O imposto seletivo incidirá sobre a produção, a extração, a comercialização ou a importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, e o imposto sobre transmissão causa mortis e doação passou a ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.

E) A contribuição sobre bens e serviços e o imposto sobre bens e serviços integram a própria base de cálculo, à semelhança do que ocorria no regime do ICMS.

QUESTÃO 16 | Direito Tributário

Considerando as teses firmadas pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamentos repetitivos recentes, analise as assertivas a seguir.

I. Os valores de contribuição ao PIS e de Cofins integram a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido quando apurados na sistemática do lucro presumido.

II. O limite de vinte salários mínimos previsto no parágrafo único do art. 4º da Lei 6.950/1981 aplica-se à base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros, como as do Sistema S, do salário-educação e do Incra.

III. Antes da Lei Complementar 190/2022, a legislação de regência era suficiente para autorizar a cobrança do diferencial de alíquotas do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final contribuinte do imposto.

IV. Os limites de nove por cento da cota-parte e de quinze por cento da receita corrente líquida não se aplicam aos bloqueios de recursos do Fundo de Participação dos Municípios destinados ao pagamento de contribuições previdenciárias devidas pelos entes municipais.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

E) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 17 | Direito Tributário

A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A imunidade recíproca alcança as autarquias e fundações públicas quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, não se estendendo, em regra, à exploração de atividade econômica regida pelo direito privado.

B) A imunidade dos templos de qualquer culto abrange os imóveis alugados a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da entidade.

C) O princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica à majoração da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, embora se aplique à fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

D) A vedação ao confisco, embora enunciada quanto aos tributos, aplica-se também às multas tributárias, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

E) A legalidade tributária admite que o Poder Executivo, atendidas as condições e os limites da lei, altere as alíquotas do imposto de importação, do imposto de exportação, do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre operações financeiras.

QUESTÃO 18 | Direito Eleitoral

Sobre os partidos políticos, assinale a alternativa **correta**.

A) A perda do mandato por infidelidade partidária aplica-se aos cargos obtidos pelo sistema proporcional, salvo quando configurada justa causa, como a mudança substancial do programa partidário, a grave discriminação política pessoal ou a migração durante a janela partidária.

B) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, momento a partir do qual podem participar do processo eleitoral.

C) A responsabilidade dos órgãos partidários municipais e estaduais por atos de seus dirigentes é solidária com a do órgão nacional, por força da unidade estatutária e da disciplina partidária.

D) A fusão e a incorporação de partidos dependem exclusivamente de deliberação dos órgãos de direção nacional, dispensando-se a aprovação pelos filiados e o registro perante a Justiça Eleitoral.

E) Os recursos do Fundo Partidário destinam-se integralmente à manutenção das atividades ordinárias das agremiações, sendo vedada a sua aplicação na criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres.

QUESTÃO 19 | Direito Eleitoral

A respeito das inelegibilidades e da relação entre as instâncias eleitoral, cível e penal, assinale a alternativa **correta**.

A) A condenação por ato de improbidade administrativa gera inelegibilidade desde a decisão de primeiro grau, independentemente de confirmação por órgão colegiado, dada a natureza protetiva do bem jurídico.

B) A mesma conduta não pode dar ensejo, simultaneamente, à responsabilização por crime eleitoral de falsidade na prestação de contas e à ação de improbidade administrativa, sob pena de *bis in idem*.

C) A inelegibilidade decorrente de rejeição de contas pressupõe decisão irrecorrível do órgão competente e, ainda, o trânsito em julgado de ação anulatória eventualmente proposta pelo interessado.

D) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a responsabilização pelo chamado caixa dois eleitoral e a responsabilização por improbidade administrativa pela mesma conduta não configuram *bis in idem*, ressalvada a comunicabilidade das instâncias quando a Justiça Eleitoral reconhecer a inexistência do fato ou a negativa de autoria.

E) As causas de inelegibilidade devem ser aferidas exclusivamente na data do registro da candidatura, sendo irrelevantes os fatos supervenientes, ainda que afastem o impedimento.

QUESTÃO 20 | Direito Eleitoral

Sobre a capacidade eleitoral e os direitos políticos, assinale a alternativa **correta**.

A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, facultando-se a abstenção apenas aos analfabetos e aos maiores de setenta anos.

B) A idade mínima constitucionalmente exigida para a elegibilidade é aferida na data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que a verificação ocorre na data-limite para o pedido de registro de candidatura.

C) A perda e a suspensão dos direitos políticos são hipóteses equivalentes, podendo a lei ordinária criar novas causas, desde que observada a proporcionalidade.

D) A condenação criminal transitada em julgado acarreta a perda definitiva dos direitos políticos, que somente se restabelecem mediante reabilitação criminal.

E) O militar alistável é inelegível em qualquer hipótese, dada a vedação constitucional de filiação partidária e a exigência de desincompatibilização.

BLOCO 2 | PENAL, PROCESSO PENAL E CRIMINOLOGIA *Questões 21 a 40*

QUESTÃO 21 | Direito Penal

Sobre o *iter criminis*, a tentativa e o crime impossível, analise as assertivas a seguir.

I. O exaurimento não integra o *iter criminis*, embora possa repercutir na dosimetria da pena e, por opção legislativa, converter-se em qualificadora ou em causa de aumento.

II. O direito brasileiro adotou, quanto à punibilidade da tentativa, a teoria objetiva, realística ou dualista, excepcionada nos crimes de atentado ou de empreendimento, em que a tentativa é punida com a pena do crime consumado.

III. O crime impossível tem natureza jurídica de causa de isenção de pena, razão pela qual o fato permanece típico, afastando-se apenas a punibilidade da tentativa.

IV. Adotou-se a teoria objetiva temperada, de modo que a ineficácia do meio e a impropriedade do objeto devem ser absolutas, aferidas no caso concreto, subsistindo a tentativa punível quando a inidoneidade for meramente relativa.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

B) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 22 | Direito Penal

Sobre os institutos dos arts. 15 e 16 do Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A) O arrependimento eficaz é compatível com os crimes formais e de mera conduta, pois neles também se pode impedir a produção do resultado jurídico.

B) A voluntariedade exigida na desistência confunde-se com a espontaneidade, de modo que a sugestão formulada por terceiro descaracteriza o instituto.

C) O arrependimento posterior, por constituir causa de exclusão da tipicidade, afasta a própria configuração do crime quando a reparação ocorre antes do recebimento da denúncia.

D) O arrependimento posterior aplica-se a todo crime com ele compatível, e não apenas aos patrimoniais; a violência contra a coisa e a violência culposa não impedem a sua incidência; e a reparação posterior ao recebimento da denúncia enseja apenas a atenuante genérica.

E) Os institutos do art. 15 são incomunicáveis no concurso de pessoas, por possuírem natureza exclusivamente subjetiva, ligada à vontade individual do agente.

QUESTÃO 23 | Direito Penal

Sobre os crimes contra a vida e as inovações legislativas recentes, assinale a alternativa **correta**.

A) O feminicídio constitui crime autônomo, apenado com reclusão de vinte a quarenta anos, e o chamado vicaricídio pune a morte de descendente, ascendente, dependente, enteado ou pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher, com o fim específico de causar-lhe sofrimento, punição ou controle, no contexto de violência doméstica e familiar.

B) O homicídio qualificado-privilegiado é compatível com qualquer qualificadora, inclusive as de natureza subjetiva, e permanece classificado como crime hediondo.

C) O homicídio simples é sempre crime hediondo, e o privilégio do art. 121, § 1º, constitui mera faculdade judicial, ainda que reconhecido pelos jurados.

D) A consumação do homicídio ocorre com a cessação das funções cardiorrespiratórias, critério adotado pela legislação de transplantes, e a tutela penal da vida extrauterina se inicia com a respiração autônoma do nascente.

E) O perdão judicial no homicídio culposo tem natureza de causa de diminuição de pena, incidindo na terceira fase da dosimetria.

QUESTÃO 24 | Direito Penal

Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa **correta**.

A) A falsidade ideológica admite modalidade culposa quando praticada por funcionário público no exercício da função.

B) O cartão de crédito ou de débito é equiparado a documento público, atraindo a pena do art. 297 do Código Penal.

C) A falsificação grosseira de moeda, incapaz de iludir o homem comum, configura o crime de moeda falsa na forma tentada, atraindo a competência da Justiça Federal.

D) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica quando praticada em situação de autodefesa.

E) Na falsidade material o vício recai sobre a forma do documento, ao passo que na falsidade ideológica o documento é formalmente autêntico e o vício está no conteúdo; e, quando o próprio falsificador faz uso do documento, prevalece a solução do crime único.

QUESTÃO 25 | Direito Penal

Considerando a jurisprudência consolidada em julgamentos repetitivos sobre a Lei 11.343/2006, assinale a alternativa **correta**.

A) A natureza e a quantidade da droga podem ser valoradas cumulativamente na primeira e na terceira fases da dosimetria, por se tratar de circunstâncias autônomas.

B) A quantidade de droga apreendida, por si só, jamais pode afastar a causa de diminuição do art. 33, § 4º, exigindo-se sempre prova documental da dedicação a atividades criminosas.

C) A quantidade de droga apreendida, quando expressiva a ponto de ser incompatível com a figura do pequeno ou eventual traficante, autoriza o afastamento do tráfico privilegiado; fora dessa hipótese, a natureza e a quantidade só afastam a minorante quando associadas a outros elementos concretos, em decisão fundamentada.

D) A causa de diminuição do art. 33, § 4º, é incompatível com o crime de associação para o tráfico, não repercutindo a respectiva fração para fins de livramento condicional.

E) O tráfico privilegiado conserva natureza hedionda, de modo que o condenado submete-se aos percentuais de progressão previstos para os crimes equiparados a hediondos.

QUESTÃO 26 | Direito Penal

Sobre o concurso de crimes, assinale a alternativa **correta**.

A) O crime continuado pressupõe apenas a identidade de espécie entre os delitos, sendo dispensáveis as condições semelhantes de tempo, lugar e maneira de execução.

B) No concurso formal impróprio, as penas são aplicadas pelo sistema da exasperação, por decorrer de desígnios autônomos.

C) A continuidade delitiva específica, prevista no parágrafo único do art. 71 do Código Penal, é incompatível com os crimes dolosos praticados contra vítimas diferentes com violência ou grave ameaça.

D) Não há continuidade delitiva entre a apropriação indébita previdenciária e a sonegação de contribuição previdenciária, por não serem crimes da mesma espécie.

E) No concurso material, o sistema adotado é o da exasperação, aplicando-se a pena do crime mais grave aumentada de um sexto até a metade.

QUESTÃO 27 | Direito Penal

Sobre a execução penal, considerando teses recentes do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas a seguir.

I. É possível, em execução unificada, aplicar percentuais distintos de progressão para cada condenação, reconhecendo-se a retroatividade da Lei 13.964/2019 e a ultratividade da redação anterior do art. 112 da Lei de Execução Penal, conforme a norma mais favorável.

II. É cabível a remição pela aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio ou no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ainda que o sentenciado já

possuísse certificação do mesmo nível, vedada nova remição pelo mesmo fato educacional já aproveitado na execução.

III. A pena imposta por crime cometido durante o livramento condicional começa a ser cumprida no dia seguinte ao término do período de prova.

IV. A pena de multa, após a Lei 9.268/1996, deixou de submeter-se aos prazos prescricionais do Código Penal, aplicando-se-lhe exclusivamente a prescrição quinquenal da legislação tributária.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 28 | Direito Penal

Sobre a dosimetria da pena, assinale a alternativa **incorreta**.

A) As consequências do crime podem justificar a exasperação da pena-base no homicídio quando a vítima deixa filho ou filhos menores de idade.

B) A reincidência, por constituir agravante genérica, incide na segunda fase e não pode ser valorada simultaneamente como circunstância judicial desfavorável, sob pena de *bis in idem*.

C) As agravantes e atenuantes genéricas podem conduzir a pena para fora dos limites mínimo e máximo cominados em abstrato, desde que em decisão fundamentada que demonstre a necessidade de individualização.

D) A confissão espontânea, ainda que parcial ou qualificada, enseja a incidência da atenuante quando utilizada para fundamentar a condenação.

E) A pena de multa é calculada em dias-multa, observando-se, na fixação do número de dias, as circunstâncias judiciais do art. 59 e, no valor do dia-multa, a situação econômica do réu.

QUESTÃO 29 | Direito Processual Penal

Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa **correta**.

A) O flagrante tem natureza pré-cautelar e não subsiste por si só: apresentado o preso em audiência de custódia, no prazo de vinte e quatro horas, o juiz relaxará a prisão ilegal, converterá o flagrante em preventiva ou concederá liberdade provisória, com ou sem fiança.

B) Diz-se impróprio o flagrante em que o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas ou objetos que façam presumir ser ele o autor da infração.

C) O flagrante esperado é ilícito, pois a prévia ciência da autoridade compromete a espontaneidade da conduta do agente.

D) No flagrante forjado, há crime impossível por obra do agente provocador, aplicando-se a Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal.

E) A ausência de audiência de custódia acarreta a nulidade automática da prisão e a sua imediata conversão em liberdade provisória com fiança.

QUESTÃO 30 | Direito Processual Penal

A respeito das prisões cautelares, assinale a alternativa **correta**.

A) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo juiz no curso do processo, desde que presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*.

B) A prisão temporária é cabível na investigação e no processo, com prazo de cinco dias, prorrogável por igual período, inclusive nos crimes hediondos.

C) A prisão preventiva é admissível em qualquer crime doloso cuja pena máxima seja superior a dois anos, bem como nas contravenções penais que envolvam violência doméstica.

D) A revisão da necessidade da prisão preventiva a cada noventa dias constitui prazo máximo de duração da custódia, findo o qual o preso deve ser imediatamente libertado.

E) É vedada a decretação da preventiva quando o agente tiver praticado o fato sob excludente de ilicitude; a decisão deve demonstrar o perigo atual, com base em fatos novos ou contemporâneos; e a temporária, exclusiva da investigação, tem prazo de cinco dias prorrogáveis por mais cinco, e de trinta prorrogáveis por mais trinta nos crimes hediondos e equiparados.

QUESTÃO 31 | Direito Processual Penal

Sobre a prova no processo penal, assinale a alternativa **correta**.

A) A prova ilícita por derivação é sempre inadmissível, não se admitindo qualquer temperamento à teoria dos frutos da árvore envenenada no direito brasileiro.

B) A cadeia de custódia inicia-se com a juntada do laudo pericial aos autos do inquérito, momento a partir do qual se documentam o manuseio e a guarda do vestígio.

C) A cadeia de custódia inicia-se com a preservação do local de crime ou com os procedimentos policiais e periciais destinados à identificação do vestígio, e o seu rastreamento deve ser documentado em todas as etapas, sob pena de comprometimento da confiabilidade e da própria admissibilidade da prova.

D) A confissão do acusado, quando espontânea e prestada perante a autoridade policial, dispensa a produção de outras provas, por força do princípio da verdade real.

E) O juiz pode determinar de ofício a produção de provas na fase de investigação, sem prejuízo do sistema acusatório, dada a sua função de garantidor da legalidade do inquérito.

QUESTÃO 32 | Direito Processual Penal

Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa **correta**.

A) Cabe o acordo quando não for caso de arquivamento, o investigado confessar formal e circunstanciadamente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos, consideradas as causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao caso concreto.

B) O acordo pode ser celebrado ainda que a infração tenha sido praticada com grave ameaça, desde que o investigado repare integralmente o dano antes do oferecimento da proposta.

C) Cumprido integralmente o acordo, o juiz declarará extinta a punibilidade, gerando-se, contudo, reincidência e maus antecedentes para eventual processo futuro.

D) A recusa do Ministério Público em propor o acordo é insuscetível de controle, dada a titularidade exclusiva da ação penal pública e a natureza discricionária da proposta.

E) O acordo é cabível em qualquer fase do processo, inclusive após a sentença condenatória recorrível, por se tratar de norma processual de aplicação imediata.

QUESTÃO 33 | Direito Processual Penal

A denúncia narrou que Oswald Cobblepot subtraiu bens de estabelecimento comercial mediante rompimento de obstáculo, capitulando o fato como furto simples. Encerrada a instrução,

sobreveio prova, não contida na peça acusatória, de que a subtração foi precedida de grave ameaça exercida contra o vigilante.

À luz dos arts. 383 e 384 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A) Ambas as situações resolvem-se pela *emendatio libelli*, pois o acusado se defende dos fatos e não da capitulação jurídica atribuída pela acusação.

B) O juiz pode, de ofício, condenar pelo fato novo revelado na instrução, desde que o faça em decisão fundamentada e assegure a ampla defesa na fase de alegações finais.

C) Surgindo prova da grave ameaça apenas em segunda instância, poderá o tribunal determinar o aditamento e renovar a instrução no próprio grau recursal.

D) A *emendatio libelli* exige prévio aditamento sempre que da nova definição jurídica resultar pena mais grave, sob pena de violação ao contraditório.

E) Quanto ao rompimento de obstáculo, já descrito na denúncia e apenas mal capitulado, cabe a *emendatio libelli*, sem aditamento e ainda que resulte pena mais grave; quanto à grave ameaça, elementar não descrita, impõe-se a *mutatio libelli*, com aditamento pelo Ministério Público no prazo de cinco dias, nova defesa e instrução.

QUESTÃO 34 | Direito Processual Penal

Sobre o procedimento do Tribunal do Júri, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A pronúncia exige prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, vigorando, nessa fase, o princípio *in dubio pro societate*, conforme orientação ainda predominante.

B) Verificando o juiz, ao pronunciar, definição jurídica diversa para o mesmo fato descrito na denúncia, aplica a *emendatio libelli*; surgindo elementar ou circunstância nova, impõe-se a *mutatio*, com aditamento pelo Ministério Público antes da pronúncia.

C) A desclassificação própria, operada pelos jurados, remete o julgamento ao juiz presidente, que decidirá sobre o crime remanescente.

D) A decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos é irrecorrível, por força da soberania dos veredictos, somente comportando revisão criminal em favor do condenado.

E) A acusação não pode, em plenário, fazer referência à decisão de pronúncia e às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação como argumento de autoridade para prejudicar o acusado.

QUESTÃO 35 | Direito Processual Penal

Sobre as nulidades no processo penal, assinale a alternativa **correta**.

A) As nulidades absolutas, por serem insanáveis, podem ser reconhecidas a qualquer tempo, inclusive após o trânsito em julgado, por meio de revisão criminal proposta pela acusação.

B) Nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa, princípio que a jurisprudência aplica inclusive a nulidades absolutas, embora nestas o prejuízo seja presumido.

C) A falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada é causa de nulidade relativa, sanável pela ausência de alegação oportuna.

D) A nulidade por incompetência relativa do juízo pode ser declarada de ofício a qualquer tempo, dada a natureza pública do processo penal.

E) O reconhecimento de nulidade posterior à pronúncia acarreta, invariavelmente, a renovação de todos os atos do processo, inclusive os anteriores ao vício.

QUESTÃO 36 | Direito Processual Penal

Sobre a ação penal, assinale a alternativa **correta**.

A) Nos crimes contra a dignidade sexual, a ação penal é pública incondicionada, independentemente da idade ou da condição da vítima; e, nos crimes contra a honra de servidor público em razão da função, a legitimidade é concorrente entre o ofendido, mediante queixa, e o Ministério Público, condicionada à representação.

B) A representação do ofendido, por constituir condição de procedibilidade, é irretratável desde o momento em que formalizada perante a autoridade policial.

C) A ação penal privada subsidiária da pública é cabível sempre que o Ministério Público, no prazo legal, requerer o arquivamento do inquérito policial.

D) O princípio da indivisibilidade aplica-se exclusivamente à ação penal pública, impondo ao Ministério Público o dever de denunciar todos os envolvidos.

E) A decadência atinge apenas o direito de queixa, não alcançando o direito de representação, que pode ser exercido a qualquer tempo enquanto não extinta a punibilidade.

QUESTÃO 37 | Criminologia

Sobre a Escola Clássica, assinale a alternativa **correta**.

A) Beccaria defendia que a interpretação das leis penais cabe aos juízes, de modo a adaptá-las às circunstâncias do caso concreto.

B) Para Carrara, o delito é um ente de fato, verificável empiricamente, o que aproxima a sua formulação do positivismo criminológico.

C) As características essenciais da pena, na Escola Clássica, são a indeterminação do prazo e a medição pela periculosidade do agente.

D) A Escola Clássica integra a etapa científica da Criminologia, valendo-se de método indutivo e interdisciplinar.

E) A Escola Clássica, denominada por Baratta época dos pioneiros, assenta-se no livre-arbítrio e na imputabilidade moral, concebe a pena como resposta retributiva, certa e por prazo determinado, e funda-se na razão como limite do poder de punir.

QUESTÃO 38 | Criminologia

Sobre a Escola Positivista, assinale a alternativa **correta**.

A) Lombroso criou a Sociologia Criminal e formulou a Lei de Saturação Criminal, segundo a qual determinadas condições sociais produzem determinada quantidade de delitos.

B) Garofalo foi o primeiro autor da Escola a empregar a denominação Criminologia e formulou a teoria do delito natural, entendido como a violação dos sentimentos altruístas fundamentais de piedade e probidade, colocando a temibilidade no centro da aferição da pena.

C) Ferri classificou os criminosos em quatro categorias: assassinos, violentos, ladrões e cínicos.

D) Para a Escola Positivista, a pena é resposta retributiva, de prazo certo, proporcional à gravidade objetiva do fato praticado.

E) A fase antropológica da Escola Positiva é representada pela obra de Ferri; a sociológica, pela de Lombroso; e a jurídica, pela de Garofalo.

QUESTÃO 39 | Criminologia

Sobre os modelos teóricos explicativos da criminalidade, assinale a alternativa **correta**.

A) A teoria da associação diferencial, de Edwin Sutherland, explica a criminalidade pela desorganização espacial das cidades e pela sucessão de zonas concêntricas de deterioração urbana.

B) A teoria do *labelling approach* integra o paradigma etiológico, pois busca identificar as causas individuais que conduzem o sujeito ao delito.

C) A teoria do etiquetamento desloca o objeto da Criminologia das causas do crime para os processos de criminalização, distinguindo a desviação primária da secundária e analisando a seletividade das agências de controle social.

D) A teoria das janelas quebradas sustenta que a repressão a pequenas desordens é irrelevante para a criminalidade grave, devendo o sistema concentrar-se exclusivamente nos delitos de maior potencial ofensivo.

E) A criminologia crítica, de inspiração marxista, confirma o paradigma etiológico ao reafirmar que a criminalidade é um dado ontológico, anterior à reação social.

QUESTÃO 40 | Criminologia

Sobre a vitimologia, assinale a alternativa **correta**.

A) A vitimização primária decorre do tratamento recebido pela vítima nas instâncias formais de controle, sobretudo na polícia e no Judiciário.

B) A vitimização terciária corresponde ao dano sofrido diretamente em razão da prática do crime.

C) Na classificação clássica de Mendelsohn, a vítima inteiramente inocente é aquela que provoca a conduta criminosa e, por isso, compartilha a responsabilidade pelo resultado.

D) A vitimização secundária, ou sobrevitimização, resulta do tratamento dispensado à vítima pelas instâncias formais de controle, e a legislação brasileira a combate ao vedar, na audiência de instrução, a manifestação sobre circunstâncias alheias ao fato e o emprego de linguagem ofensiva contra a vítima.

E) O movimento vitimológico contemporâneo propõe o retorno à vingança privada, substituindo a persecução estatal pela iniciativa da vítima.

BLOCO 3 | PROCESSO CIVIL E CIVIL
Questões 41 a 60

QUESTÃO 41 | Direito Processual Civil

Sobre a gratuidade da justiça, assinale a alternativa **correta**.

A) A concessão do benefício afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários decorrentes de sua sucumbência.

B) A presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos aproveita igualmente às pessoas naturais e às pessoas jurídicas, cabendo à parte contrária a prova em sentido contrário.

C) O juiz pode indeferir de plano o pedido quando o valor da causa for elevado, independentemente de oportunizar ao requerente a comprovação do preenchimento dos pressupostos.

D) O deferimento da gratuidade estende-se automaticamente aos litisconsortes e ao sucessor do beneficiário, por se tratar de benefício de natureza processual objetiva.

E) A pessoa jurídica deve demonstrar, de forma detalhada, a sua situação financeira e patrimonial, não bastando a prova de inatividade ou de queda de faturamento; e, vencido o beneficiário, as obrigações de sucumbência ficam sob condição suspensiva de exigibilidade pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 42 | Direito Processual Civil

A respeito da multa coercitiva, assinale a alternativa **correta**.

A) A multa periódica incide automaticamente a partir da publicação da decisão que a fixa, independentemente de qualquer intimação do devedor.

B) A Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça, que exige a intimação pessoal do devedor, foi superada pelo Código de Processo Civil de 2015, bastando a intimação do advogado pelo Diário da Justiça.

C) A intimação pessoal prévia do devedor é requisito para a exigibilidade da multa por descumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, permanecendo aplicável, nesse ponto, a Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça.

D) O valor da multa, uma vez fixado, torna-se imutável, sendo vedada a sua redução, ainda que se revele excessivo, sob pena de violação à coisa julgada.

E) A multa coercitiva reverte integralmente em favor do Estado, por ostentar natureza sancionatória e finalidade de tutela da autoridade das decisões judiciais.

QUESTÃO 43 | Direito Processual Civil

Sobre a citação por edital, assinale a alternativa **correta**.

A) A citação por edital é nula se não precedida da expedição de ofícios a todos os cadastros públicos e concessionárias de serviço público disponíveis, diligências que constituem requisito objetivo de validade do ato.

B) A expedição de ofícios a cadastros públicos e a concessionárias não é obrigatória, cabendo ao juiz avaliar, de forma motivada, se os meios disponíveis foram esgotados, bastando, em regra, a tentativa frustrada nos endereços constantes dos autos e nos sistemas de pesquisa à disposição do juízo.

C) A citação por edital é incompatível com o processo eletrônico, devendo ser substituída pela intimação por meio eletrônico em qualquer hipótese.

D) A citação por edital dispensa a nomeação de curador especial quando o réu, embora revel, tenha sido localizado posteriormente.

E) O prazo do edital é fixado livremente pelo juiz, sem limite legal mínimo ou máximo, atendidas as circunstâncias do caso.

QUESTÃO 44 | Direito Processual Civil

Considerando as teses recentes do Superior Tribunal de Justiça em matéria executiva, analise as assertivas a seguir.

I. A reiteração automática de ordens de bloqueio por meio do sistema eletrônico, conhecida como teimosinha, é legítima, cabendo ao executado demonstrar causas impeditivas ou a existência de meio menos gravoso e igualmente eficaz.

II. Na execução fiscal, a Fazenda Pública pode recusar a fiança bancária ou o seguro-garantia com fundamento exclusivo na ordem legal de preferência da penhora.

III. São devidos honorários advocatícios na execução fiscal extinta em razão de pagamento extrajudicial posterior ao ajuizamento, ainda que anterior à citação, por força do princípio da causalidade.

IV. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada com fundamento exclusivo na ausência de bens penhoráveis ou na dissolução irregular da sociedade.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

C) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 45 | Direito Processual Civil

Sobre a remessa necessária, assinale a alternativa **correta**.

A) Não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico for de valor certo e líquido inferior aos patamares legais, hipótese que alcança as demandas em que o valor seja apurável por simples cálculo aritmético.

B) A remessa necessária constitui recurso de ofício, sujeito a prazo e a preparo, cuja ausência acarreta a preclusão da matéria.

C) A sentença proferida contra a Fazenda Pública produz efeitos imediatos, ainda que sujeita à remessa necessária, por força do princípio da efetividade.

D) A remessa necessária devolve ao tribunal apenas as matérias de ordem pública, sendo vedado o reexame do mérito quando não houver recurso voluntário.

E) Em sede de remessa necessária é admitida a reforma da sentença em prejuízo da Fazenda Pública, por não incidir a vedação à *reformatio in pejus*.

QUESTÃO 46 | Direito Processual Civil

Sobre os limites objetivos da coisa julgada, assinale a alternativa **correta**.

A) Os motivos determinantes da sentença e a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da decisão fazem coisa julgada material.

B) A resolução de questão prejudicial decidida expressa e incidentemente faz coisa julgada se dela depender o julgamento do mérito, se houver contraditório prévio e efetivo e se o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa, não se aplicando a regra em caso de revelia ou quando houver restrições probatórias ou limitações à cognição.

C) A eficácia preclusiva da coisa julgada alcança somente as alegações efetivamente deduzidas, preservando-se a rediscussão das que poderiam ter sido suscitadas.

D) A coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado é imutável, não comportando revisão ainda que sobrevenha modificação no estado de fato ou de direito.

E) A ação declaratória incidental permanece indispensável para que a questão prejudicial seja alcançada pela coisa julgada, nos termos do Código de Processo Civil de 2015.

QUESTÃO 47 | Direito Processual Civil

Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Cabe rescisória contra decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça a nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente, podendo a rescisão limitar-se a um capítulo da decisão.

B) Não cabe rescisória por violação manifesta de norma jurídica quando, ao tempo do trânsito em julgado, a interpretação do preceito era controvertida nos tribunais, salvo relativização em matéria constitucional posteriormente pacificada.

C) O prazo é decadencial de dois anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, e, na hipótese de prova nova, conta-se da data da descoberta, observado o limite de cinco anos.

D) O depósito de cinco por cento sobre o valor da causa, limitado a mil salários-mínimos, converte-se em multa em favor do réu se a ação for, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

E) A propositura da ação rescisória suspende automaticamente o cumprimento da decisão rescindenda, independentemente de requerimento da parte, dada a controvérsia instaurada sobre a coisa julgada.

QUESTÃO 48 | Direito Processual Civil

Sobre o sistema recursal, assinale a alternativa **correta**.

A) O efeito devolutivo da apelação transfere ao tribunal, em profundidade, todas as questões suscitadas e discutidas no processo relativas ao capítulo impugnado, ainda que não solucionadas na sentença, e o efeito translativo autoriza o conhecimento de ofício das matérias de ordem pública.

B) O rol das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento é absolutamente taxativo, não comportando interpretação extensiva nem analogia.

C) A apelação interposta contra sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória é recebida no duplo efeito, impedindo o cumprimento provisório.

D) Reformada a sentença que reconheceu a prescrição, o tribunal deve determinar o retorno dos autos ao primeiro grau, sob pena de supressão de instância.

E) Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos quando manifestamente protelatórios, ainda que conhecidos pelo órgão julgador.

QUESTÃO 49 | Direito Processual Civil

Sobre os honorários advocatícios, assinale a alternativa **correta**.

A) Na sucumbência parcial, admite-se a compensação dos honorários entre as partes, na proporção do decaimento.

B) Sendo líquido o proveito econômico, o juiz pode fixar os honorários por apreciação equitativa sempre que o percentual mínimo se revelar excessivo diante da complexidade da causa.

C) Não são devidos honorários quando o advogado atua em causa própria, por ausência de relação jurídica distinta entre patrono e constituinte.

D) Os honorários constituem direito autônomo do advogado, têm natureza alimentar e são cumuláveis com multas e demais sanções processuais; sendo omissa a decisão quanto a eles, cabe ação autônoma para sua definição e cobrança.

E) O Ministério Público, quando vencido, submete-se à condenação em honorários de sucumbência, em razão do princípio da causalidade e da paridade de armas.

QUESTÃO 50 | Direito Processual Civil

Sobre a tutela provisória, assinale a alternativa **correta**.

A) A tutela de evidência exige a demonstração do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo, diferenciando-se da tutela de urgência apenas pelo grau de probabilidade do direito.

B) Estabilizada a tutela antecipada antecedente, a decisão adquire autoridade de coisa julgada material, somente desconstituível por ação rescisória.

C) Concedida a tutela antecipada antecedente e não interposto o respectivo recurso, os efeitos se estabilizam e o processo é extinto, podendo qualquer das partes, no prazo de dois anos contado da ciência da decisão extintiva, demandar para revê-la, reformá-la ou invalidá-la.

D) Efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal deverá ser formulado no prazo de quinze dias, sob pena de cessação da eficácia da medida.

E) A tutela provisória de urgência de natureza antecipada pode ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, vedação que o Código não contempla.

QUESTÃO 51 | Direito Civil

Sobre o pagamento e as formas especiais de extinção das obrigações, assinale a alternativa **correta**.

A) Na dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida, restabelece-se a obrigação primitiva e fica sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros; e, na sub-rogação legal, o sub-rogado não pode exercer os direitos do credor além do que desembolsou.

B) A novação pode ter por objeto obrigação nula, desde que as partes manifestem expressamente o ânimo de novar.

C) A remissão é ato jurídico unilateral, que independe de aceitação do devedor, distinguindo-se da renúncia, que é bilateral.

D) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido, respondendo o *solvens* perante o verdadeiro credor, ainda que não tenha concorrido para a aparência.

E) A compensação legal opera entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, admitindo-se, porém, a compensação de dívida proveniente de esbulho quando houver identidade de partes.

QUESTÃO 52 | Direito Civil

Sobre os acessórios da obrigação, assinale a alternativa **correta**.

A) A cláusula penal compensatória pode ser exigida cumulativamente com o cumprimento da obrigação principal, cabendo ao credor a escolha.

B) Para exigir a pena convencional, o credor deve comprovar o prejuízo efetivamente sofrido.

C) Nas arras penitenciais, admite-se indenização suplementar quando comprovado prejuízo superior ao valor do sinal.

D) Após a Lei 14.905/2024, a taxa legal de juros corresponde à taxa Selic deduzido o índice de atualização monetária, adotado o IPCA como índice supletivo; e o juiz deve reduzir equitativamente a pena convencional manifestamente excessiva, matéria de ordem pública cognoscível de ofício.

E) A comissão de permanência é cumulável com a correção monetária e com os juros remuneratórios, desde que pactuada expressamente no contrato bancário.

QUESTÃO 53 | Direito Civil

Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa **correta**.

A) O Código Civil adotou expressamente a teoria da equivalência das condições, de modo que todo antecedente que concorra para o resultado é considerado causa.

B) A ilicitude é elemento essencial da responsabilidade civil, razão pela qual o ato praticado em estado de necessidade jamais gera dever de indenizar.

C) A perda de uma chance constitui categoria autônoma de dano, exigindo-se que a chance perdida seja séria e real, com indenização proporcional à probabilidade frustrada, e não ao resultado final esperado.

D) O fortuito interno exclui a responsabilidade do fornecedor e do transportador, por romper o nexo de causalidade.

E) A culpa concorrente da vítima exclui integralmente o dever de indenizar, por configurar causa superveniente relativamente independente.

QUESTÃO 54 | Direito Civil

Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa **correta**.

A) A ausência de bens penhoráveis da sociedade autoriza, por si só, a desconsideração, por evidenciar a frustração da satisfação do crédito.

B) A dissolução irregular da sociedade, comprovada pelo encerramento das atividades sem baixa no registro competente, constitui causa autônoma e suficiente de desconsideração no regime do Código Civil.

C) A desconsideração independe de instauração de incidente próprio quando requerida na petição inicial, hipótese em que se dispensa a citação do sócio.

D) No regime do Código de Defesa do Consumidor, exige-se a demonstração de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, em simetria com o art. 50 do Código Civil.

E) No regime do art. 50 do Código Civil, a desconsideração exige prova de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, não bastando a ausência de bens penhoráveis nem a dissolução irregular da sociedade.

QUESTÃO 55 | Direito Civil

Considerando as teses recentes do Superior Tribunal de Justiça em matéria de saúde suplementar, analise as assertivas a seguir.

I. É abusiva a cláusula que limita o número de sessões de terapias multidisciplinares prescritas a pacientes diagnosticados com transtorno do espectro autista.

II. A recusa indevida de cobertura pela operadora acarreta dano moral presumido, dispensada a demonstração de abalo que ultrapasse o mero aborrecimento.

III. A operadora pode rescindir unilateralmente contrato coletivo empresarial com menos de trinta beneficiários, desde que apresente motivação idônea.

IV. A Lei 14.454/2022 aplica-se imediatamente aos contratos de plano de saúde celebrados antes da sua vigência.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 56 | Direito Civil

Sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a alternativa **correta**.

A) A inscrição do consumidor em cadastro de inadimplentes independe de comunicação prévia, bastando a existência de dívida vencida e não paga.

B) A anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito gera dever de indenizar ainda que preexista legítima inscrição, por configurar dano moral *in re ipsa*.

C) As informações negativas podem ser mantidas por prazo indeterminado, desde que correspondam a dívida efetivamente existente.

D) É válida a comunicação eletrônica ao consumidor sobre a abertura de cadastro, desde que comprovados o envio e a entrega ao destinatário, e a ausência de prévia comunicação impõe a reparação quando inexistente inscrição legítima anterior.

E) A responsabilidade pela comunicação prévia é do credor, e não do órgão mantenedor do cadastro, de modo que apenas aquele responde por eventual omissão.

QUESTÃO 57 | Direito Civil

Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa **correta**.

A) O prazo prescricional da pretensão de petição de herança conta-se da abertura da sucessão, não sendo impedido, suspenso ou interrompido pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação; e a pretensão indenizatória decorrente de vício construtivo submete-se ao prazo decenal.

B) A prescrição, por interessar à ordem pública, não pode ser renunciada em nenhuma hipótese, ainda que após a sua consumação.

C) Os prazos decadenciais legais admitem suspensão e interrupção sempre que a parte estiver impossibilitada de exercer o direito potestativo.

D) A prescrição da pretensão de reparação civil extracontratual é de cinco anos, por aplicação analógica do Código de Defesa do Consumidor.

E) A prescrição obsta a compensação sempre que uma das dívidas estiver prescrita no momento em que a compensação é invocada em juízo.

QUESTÃO 58 | Direito Civil

Sobre a tutela civil dos direitos autorais, assinale a alternativa **correta**.

A) A violação de direito autoral só enseja reparação material quando comprovado, por perícia contábil, o lucro efetivamente auferido pelo infrator.

B) Os direitos morais do autor são disponíveis e podem ser cedidos conjuntamente com os direitos patrimoniais, desde que por instrumento escrito.

C) O dano material decorrente da violação do direito de exclusividade do autor não depende da demonstração de prejuízo econômico concreto, bastando a utilização não autorizada da obra.

D) A reprodução integral de obra alheia, sem autorização, para fins de estudo em ambiente escolar, é sempre lícita, por configurar limitação legal ao direito autoral.

E) A proteção autoral recai sobre as ideias, os métodos e os sistemas, desde que dotados de originalidade e de aplicação prática.

QUESTÃO 59 | Direito Civil

Sobre o contrato de seguro, assinale a alternativa **correta**.

A) A embriaguez do segurado exonera a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida, por configurar agravamento intencional do risco.

B) É válida a cláusula que prevê o reajuste do prêmio em razão da mudança de faixa etária do segurado em seguro de vida em grupo, e a recusa de cobertura por doença preexistente é ilícita se não houve exigência de exames médicos prévios nem demonstração de má-fé do segurado.

C) O suicídio do segurado exclui a cobertura em qualquer hipótese, independentemente do tempo de vigência do contrato, por ausência de evento futuro e incerto.

D) A seguradora pode recusar a indenização pelo simples atraso no pagamento do prêmio, independentemente de prévia comunicação ao segurado.

E) O contrato de seguro por danos pessoais não compreende os danos morais, salvo previsão contratual expressa de inclusão.

QUESTÃO 60 | Direito Civil

Sobre o condomínio edilício e as despesas condominiais, assinale a alternativa **correta**.

A) A responsabilidade pelo pagamento das despesas condominiais define-se pelo registro do compromisso de compra e venda, cabendo ao promitente vendedor responder enquanto não registrada a transmissão.

B) O prazo prescricional da pretensão de cobrança de cotas condominiais é de três anos, por se tratar de pretensão de enriquecimento sem causa.

C) Os honorários de sucumbência decorrentes de ação de cobrança de cotas condominiais têm natureza *propter rem*, acompanhando a unidade imobiliária.

D) O condômino antissocial pode ser excluído do condomínio por deliberação de três quartos dos condôminos restantes, com a perda do direito de propriedade sobre a unidade.

E) Os débitos condominiais, ainda que anteriores ao pedido de recuperação judicial, são extraconcursais e podem ser executados perante o juízo cível competente.

BLOCO 4 | PROCESSO COLETIVO, DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAL *Questões 61 a 80*

QUESTÃO 61 | Processo Coletivo

Sobre a legitimidade ativa para a tutela coletiva, assinale a alternativa **correta**.

A) A legitimidade do Ministério Público para a ação civil pública restringe-se aos direitos difusos e coletivos em sentido estrito, sendo-lhe vedada a tutela de direitos individuais homogêneos em qualquer hipótese.

B) As associações legitimadas devem comprovar a pertinência temática e a constituição há pelo menos um ano, requisito este que não comporta dispensa.

C) A Defensoria Pública tem legitimidade para a ação civil pública apenas quando todos os integrantes do grupo tutelado forem comprovadamente hipossuficientes.

D) Os sindicatos não têm legitimidade para propor ação civil pública visando ao recebimento de diferenças de complementação de recursos do Fundef ou do Fundeb, por ausência de pertinência entre o objeto da demanda e a representação da categoria.

E) A legitimidade dos entes coletivos é ordinária, pois defendem em nome próprio interesses que lhes pertencem, dada a titularidade difusa do direito material.

QUESTÃO 62 | Processo Coletivo

Sobre a coisa julgada no processo coletivo, assinale a alternativa **correta**.

A) A sentença de improcedência por insuficiência de provas, nas ações que tutelam direitos difusos, impede a repropositura da demanda por qualquer legitimado.

B) Nos direitos difusos e coletivos em sentido estrito, a coisa julgada é *erga omnes* ou *ultra partes*, salvo improcedência por insuficiência de provas; nos individuais homogêneos, a coisa julgada é *erga omnes* apenas em caso de procedência, para beneficiar as vítimas e seus sucessores.

C) A improcedência da ação coletiva impede o ajuizamento de ações individuais pelos integrantes do grupo, por força da eficácia preclusiva da coisa julgada coletiva.

D) A coisa julgada nas ações coletivas tem seus efeitos limitados à competência territorial do órgão prolator, nos termos do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública, dispositivo cuja constitucionalidade foi reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

E) O transporte da coisa julgada coletiva para o plano individual opera-se automaticamente, independentemente de habilitação ou de liquidação pelo interessado.

QUESTÃO 63 | Processo Coletivo

Sobre o inquérito civil e o compromisso de ajustamento de conduta, assinale a alternativa **correta**.

A) O inquérito civil é procedimento obrigatório e indispensável à propositura da ação civil pública, cuja ausência acarreta a inépcia da petição inicial.

B) O arquivamento do inquérito civil pelo órgão de execução produz efeitos imediatos, independentemente de homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público.

C) O compromisso de ajustamento de conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, pode ser tomado por qualquer dos órgãos públicos legitimados e não comporta concessões quanto ao direito material tutelado, admitindo-se transação apenas quanto às condições de cumprimento da obrigação.

D) As associações civis legitimadas à ação civil pública podem tomar compromisso de ajustamento de conduta, desde que previamente autorizadas em assembleia.

E) O compromisso de ajustamento de conduta, uma vez firmado, impede a propositura de ação civil pública por qualquer colegitimado quanto aos mesmos fatos, ainda que surjam provas novas.

QUESTÃO 64 | Processo Coletivo

Sobre o procedimento da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa **correta**.

A) A ação tem natureza civil e rito próprio, admitindo-se o acordo de não persecução cível, que depende de homologação judicial e, quando celebrado no curso da ação, da oitiva do Ministério Público, sendo cabível a indisponibilidade de bens para assegurar o integral ressarcimento do dano.

B) A legitimidade ativa é concorrente entre o Ministério Público, a pessoa jurídica interessada e as associações civis constituídas há mais de um ano.

C) A indisponibilidade de bens pode ser decretada de ofício pelo juiz, independentemente de pedido, e recai sobre a totalidade do patrimônio do réu, inclusive bem de família.

D) A ação de improbidade é espécie de ação civil pública, aplicando-se-lhe integralmente o regime da Lei 7.347/1985, inclusive quanto à legitimidade das associações.

E) A absolvição criminal, qualquer que seja o seu fundamento, impede o prosseguimento da ação de improbidade, por força da unidade da jurisdição.

QUESTÃO 65 | Processo Coletivo

Sobre a competência e a reunião de demandas no processo coletivo, assinale a alternativa **correta**.

A) A competência para a ação civil pública é relativa, podendo ser prorrogada se não arguida em preliminar de contestação.

B) Em caso de dano de âmbito regional, a competência é privativa do foro da Capital do Estado, ainda que o dano se restrinja a dois Municípios contíguos do interior.

C) Não há litispendência entre ação coletiva e ação individual com o mesmo objeto, razão pela qual a propositura da coletiva induz a suspensão automática das individuais, independentemente de requerimento.

D) A conexão entre ações coletivas é aferida exclusivamente pela identidade de partes, dada a indivisibilidade do objeto litigioso.

E) A competência é funcional e, portanto, absoluta, firmando-se no foro do local do dano; não há litispendência entre a ação coletiva e as ações individuais, cabendo ao autor individual requerer a suspensão do seu processo para beneficiar-se da coisa julgada coletiva.

QUESTÃO 66 | Processo Coletivo

Sobre a ação popular, assinale a alternativa **correta**.

A) A legitimidade ativa pertence a qualquer pessoa natural ou jurídica domiciliada no território nacional, bastando a demonstração de interesse na preservação do patrimônio público.

B) A ação popular pressupõe, necessariamente, a demonstração de lesão ao erário, não bastando a ilegalidade do ato impugnado.

C) A legitimidade é do cidadão, comprovada pelo título de eleitor; a sentença de improcedência por insuficiência de provas não produz coisa julgada material; e, julgada procedente, o réu é condenado a perdas e danos, com a invalidação do ato lesivo.

D) O Ministério Público pode assumir a titularidade ativa da ação popular em caso de desistência do autor, atuando como substituto processual do cidadão desistente.

E) O autor popular, ainda que vencido, responde sempre pelas custas processuais e pelos honorários de sucumbência, por aplicação do princípio da causalidade.

QUESTÃO 67 | Processo Coletivo

Sobre os remédios constitucionais de dimensão coletiva, assinale a alternativa **correta**.

A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, dispensada a autorização específica destes.

B) A impetração de mandado de segurança coletivo induz litispendência em relação aos mandados de segurança individuais, que devem ser extintos sem resolução do mérito.

C) O mandado de injunção coletivo somente é cabível quando a omissão normativa atingir a totalidade dos membros da entidade impetrante.

D) A decisão no mandado de injunção, segundo a jurisprudência atual, limita-se a declarar a mora legislativa e a cientificar o órgão competente, sem disciplinar provisoriamente o exercício do direito.

E) A associação, para impetrar mandado de segurança coletivo, deve comprovar a pertinência temática e a autorização expressa de cada associado, em assembleia convocada para essa finalidade.

QUESTÃO 68 | Processo Coletivo

Sobre a reparação nos processos coletivos, assinale a alternativa **correta**.

A) O dano moral coletivo é incompatível com a tutela de direitos transindividuais, por pressupor sofrimento psíquico individualizável.

B) A indenização por dano moral coletivo reverte às vítimas individualmente consideradas, mediante habilitação e liquidação.

C) A reparação fluida é cabível apenas nas ações que versem sobre direitos difusos, sendo incompatível com a tutela de direitos individuais homogêneos.

D) Reconhecido o dano moral coletivo, a indenização reverte ao fundo de que trata o art. 13 da Lei da Ação Civil Pública; e, na tutela de direitos individuais homogêneos, decorrido um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, admite-se a reparação fluida, com destinação ao mesmo fundo.

E) O dano moral coletivo depende de prova do abalo psíquico suportado pela coletividade, não se admitindo presunção.

QUESTÃO 69 | Processo Coletivo

Sobre a liquidação e a execução da sentença coletiva, assinale a alternativa **correta**.

A) A execução individual da sentença coletiva depende sempre de prévia liquidação por artigos, dada a necessidade de comprovar a titularidade do direito.

B) Na execução individual de sentença coletiva, pode-se dispensar a liquidação prévia quando o crédito for apurável por simples cálculos aritméticos, cabendo ao juízo da execução avaliar o caso concreto diante de eventual impugnação.

C) A execução coletiva promovida pelo Ministério Público exclui a legitimidade das vítimas para a execução individual da mesma sentença.

D) A sentença coletiva que condena a administração direta ao pagamento de verba remuneratória pode ser executada por servidores de autarquias e fundações, dada a unidade da administração pública.

E) O foro competente para a execução individual é, necessariamente, o do juízo que proferiu a sentença coletiva, por força da competência funcional.

QUESTÃO 70 | Processo Coletivo

Sobre os ônus financeiros no processo coletivo, assinale a alternativa **correta**.

A) A associação autora, se vencida, está isenta de honorários de sucumbência em qualquer hipótese, por atuar na defesa de interesses metaindividuais.

B) O Ministério Público, quando vencido em ação civil pública, responde por honorários de sucumbência em favor do réu, por aplicação do princípio da causalidade.

C) A inversão do ônus da prova em matéria ambiental implica, necessariamente, a inversão do adiantamento das despesas periciais, cabendo ao réu custear a perícia sob pena de confissão.

D) O adiantamento de honorários periciais requeridos pelo Ministério Público é sempre suportado pelo réu, dada a indisponibilidade do interesse tutelado.

E) Não há adiantamento de custas e despesas pela associação autora, que somente responderá por honorários em caso de má-fé; e o Ministério Público, quando vencido, não se sujeita à condenação em honorários de sucumbência, devendo custear com dotação orçamentária própria as perícias que requerer.

QUESTÃO 71 | Direitos Humanos

Sobre o sistema interamericano de direitos humanos, assinale a alternativa **correta**.

A) A Corte Interamericana de Direitos Humanos pode ser acionada diretamente pela vítima, independentemente de prévio procedimento perante a Comissão.

B) A Comissão Interamericana profere sentenças de caráter vinculante, dotadas de executoriedade imediata no âmbito interno dos Estados.

C) O requisito do prévio esgotamento dos recursos internos é absoluto, não comportando exceções.

D) A Comissão exerce funções de promoção e de proteção, recebendo petições individuais e submetendo casos à Corte; esta, por sua vez, exerce jurisdição contenciosa, apenas em face de Estados que reconheceram a sua competência, e também função consultiva.

E) As medidas provisórias da Corte e as medidas cautelares da Comissão são institutos idênticos, variando apenas a denominação adotada por cada órgão.

QUESTÃO 72 | Direitos Humanos

Em caso recente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos examinou a submissão de pessoa privada de liberdade, no Brasil, a regime disciplinar diferenciado por período superior a quatro anos, com isolamento de cerca de vinte e duas horas diárias e longo período sem contato humano significativo.

Sobre o tema, assinale a alternativa **correta**.

A) A Corte considerou que o regime disciplinar diferenciado é, em si, incompatível com a Convenção Americana, determinando a sua imediata revogação pelo Estado brasileiro.

B) A Corte reconheceu violação exclusivamente ao direito à integridade pessoal, afastando qualquer discussão sobre legalidade e proteção judicial.

C) A Corte reconheceu violações à integridade pessoal, à finalidade de reabilitação da pena, à legalidade e às garantias e proteção judiciais, determinando ao Estado que a aplicação do regime observe duração diária limitada, contato humano significativo, caráter temporário, atenção à saúde mental e revisão judicial periódica.

D) A Corte entendeu que a disciplina do regime por ato administrativo estadual é suficiente, desde que haja posterior convalidação legislativa.

E) A Corte determinou a anulação da condenação penal imposta pelo Estado brasileiro, por contaminação do processo pela ilegalidade do regime prisional.

QUESTÃO 73 | Direitos Humanos

Sobre a incorporação dos tratados de direitos humanos e o controle de convencionalidade, assinale a alternativa **correta**.

A) Todos os tratados internacionais ingressam no ordenamento brasileiro com estatura de lei ordinária, independentemente de seu conteúdo e do procedimento de aprovação.

B) Os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º, da Constituição equivalem a emendas constitucionais; os demais, segundo o Supremo Tribunal Federal, têm estatura supralegal, o que paralisa a eficácia das normas infraconstitucionais com eles incompatíveis.

C) O controle de convencionalidade é privativo dos tribunais superiores, sendo vedado ao juiz de primeiro grau deixar de aplicar lei incompatível com tratado de direitos humanos.

D) A prisão civil do depositário infiel permanece admitida, pois o Pacto de São José da Costa Rica, por ter estatura meramente legal, não prevalece sobre a Constituição nem sobre a legislação ordinária.

E) A denúncia de tratado de direitos humanos pelo Poder Executivo independe de qualquer participação do Congresso Nacional, inclusive quando o tratado tenha sido aprovado pelo rito qualificado.

QUESTÃO 74 | Direitos Humanos

Sobre os tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao direito brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

A) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram incorporados pelo rito do art. 5º, § 3º, da Constituição, equivalendo a emenda constitucional, e adotam o modelo social de deficiência, fundado na interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras.

B) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adota o modelo médico, definindo a deficiência exclusivamente a partir do diagnóstico clínico do impedimento.

C) O Tratado de Marrakesh, por versar sobre direitos autorais, foi incorporado com estatura de lei ordinária, não se lhe aplicando o rito qualificado.

D) A equivalência a emenda constitucional autoriza que o tratado assim aprovado revogue cláusulas pétreas, desde que para ampliar a proteção da pessoa humana.

E) A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância não foi incorporada ao ordenamento brasileiro.

QUESTÃO 75 | Direitos Humanos

Sobre a proteção de grupos vulneráveis na jurisprudência recente, analise as assertivas a seguir.

I. É inconstitucional a lei estadual que proíbe a adoção de cotas étnico-raciais e de outras ações afirmativas no ensino superior.

II. A visão monocular foi classificada legalmente como deficiência sensorial visual, exigindo-se avaliação biopsicossocial individualizada para a fruição dos direitos correspondentes.

III. É constitucional a legislação que impõe deveres de transparência salarial e de divulgação de critérios remuneratórios, como instrumento de redução das disparidades entre homens e mulheres.

IV. A concessão de florestas públicas à iniciativa privada pode alcançar áreas ocupadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, desde que assegurada compensação financeira.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

E) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 76 | Direito Ambiental

Sobre os princípios do direito ambiental, assinale a alternativa **correta**.

A) O princípio do poluidor-pagador autoriza o pagamento prévio pelo direito de poluir, legitimando a degradação mediante contrapartida financeira.

B) O princípio da precaução incide diante da incerteza científica quanto ao risco, ao passo que o da prevenção pressupõe risco conhecido e cientificamente comprovado; e o princípio do poluidor-pagador impõe a internalização dos custos ambientais, evitando a sua socialização.

C) O princípio da reparação integral admite a compensação ambiental como substitutivo da recuperação da área degradada, à escolha do degradador.

D) O princípio do protetor-recebedor é incompatível com a ordem constitucional brasileira, por implicar remuneração pelo cumprimento de dever jurídico.

E) O princípio do desenvolvimento sustentável autoriza a flexibilização das exigências de licenciamento sempre que demonstrada a geração de empregos pelo empreendimento.

QUESTÃO 77 | Direito Ambiental

Sobre a responsabilidade civil ambiental, assinale a alternativa **correta**.

A) A responsabilidade é objetiva na modalidade risco administrativo, admitindo-se como excludentes o caso fortuito, a força maior e o fato de terceiro.

B) A obrigação de reparar o dano ambiental é de natureza pessoal, não se transmitindo ao adquirente do imóvel degradado.

C) A pretensão de reparação civil por dano ambiental submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, por aplicação analógica da Lei da Ação Popular.

D) A responsabilidade é objetiva e solidária entre todos os poluidores, diretos e indiretos, com litisconsórcio facultativo; adota-se a teoria do risco integral; a obrigação de reparar tem natureza *propter rem*; e a pretensão reparatória é imprescritível.

E) O dano moral coletivo em matéria ambiental exige prova do sofrimento experimentado pela população atingida.

QUESTÃO 78 | Direito Ambiental

Sobre a proteção das áreas de preservação permanente e da reserva legal, assinale a alternativa **correta**.

A) A proteção das áreas de preservação permanente restringe-se às áreas rurais, não alcançando os imóveis situados em perímetro urbano consolidado.

B) A limitação decorrente da área de preservação permanente, por esvaziar o conteúdo econômico da propriedade, enseja indenização pelo Poder Público em qualquer hipótese.

C) A teoria do fato consumado aplica-se às construções irregulares consolidadas pelo decurso do tempo em áreas de preservação permanente urbanas, afastando o dever de demolição.

D) A reserva legal pode ser suprimida mediante autorização do órgão ambiental, desde que compensada por pagamento em dinheiro ao fundo ambiental competente.

E) A teoria do fato consumado não se aplica ao direito ambiental, impondo-se a demolição das construções irregulares e a recuperação da área degradada, inclusive em perímetro urbano, e a limitação decorrente da área de preservação permanente constitui restrição administrativa ao direito de propriedade, em regra não indenizável.

QUESTÃO 79 | Direito Ambiental

Sobre a repartição de competências em matéria ambiental e o licenciamento, assinale a alternativa **correta**.

A) A competência material em matéria ambiental é comum a todos os entes federados, admitindo-se a atuação supletiva de outro ente quando o órgão licenciador se omitir ou fiscalizar de forma insuficiente; e o licenciamento é, em regra, de instância única, definida pela Lei Complementar 140/2011.

B) A competência legislativa em matéria ambiental é privativa da União, cabendo aos Estados apenas a execução das normas federais.

C) O licenciamento ambiental exige a atuação simultânea dos três entes federados, em razão da competência comum prevista no art. 23 da Constituição.

D) O estudo prévio de impacto ambiental é exigível em todo e qualquer licenciamento, independentemente da potencialidade lesiva do empreendimento.

E) A competência para o licenciamento define a competência para a fiscalização, de modo que o ente não licenciador está impedido de autuar o infrator, ainda que constate dano em flagrante.

QUESTÃO 80 | Direito Ambiental

Sobre a proteção da flora, da fauna e as manifestações culturais, assinale a alternativa **correta**.

A) As unidades de conservação de proteção integral admitem o uso direto dos recursos naturais, restringindo-se a proteção às áreas de uso sustentável.

B) A criação de unidade de conservação pode dar-se por ato do Poder Executivo, assim como a sua redução ou desafetação, dada a simetria das formas.

C) A concessão de florestas públicas à iniciativa privada não alcança áreas ocupadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; e as práticas desportivas que utilizam animais podem ser autorizadas por lei específica, desde que assegurado o bem-estar animal e vedada a crueldade.

D) A vedação constitucional à crueldade contra animais foi suprimida pela Emenda Constitucional 96/2017, que excluiu as manifestações culturais do conceito de maus-tratos.

E) A fauna silvestre é bem de propriedade privada do titular do imóvel em que se encontra, podendo ser objeto de apropriação mediante autorização administrativa.

GABARITO OBJETIVO

Questão	Resp.	Questão	Resp.	Questão	Resp.	Questão	Resp.
01	C	21	B	41	E	61	D
02	A	22	D	42	C	62	B
03	E	23	A	43	B	63	C
04	B	24	E	44	D	64	A
05	D	25	C	45	A	65	E
06	A	26	D	46	B	66	C
07	D	27	B	47	E	67	A
08	B	28	C	48	A	68	D
09	E	29	A	49	D	69	B
10	C	30	E	50	C	70	E
11	B	31	C	51	A	71	D
12	E	32	A	52	D	72	C
13	A	33	E	53	C	73	B
14	C	34	D	54	E	74	A
15	D	35	B	55	B	75	E
16	E	36	A	56	D	76	B
17	C	37	E	57	A	77	D
18	A	38	B	58	C	78	E
19	D	39	C	59	B	79	A
20	B	40	D	60	E	80	C

Distribuição das respostas: A (16), B (16), C (16), D (16) e E (16).

GABARITO COMENTADO

BLOCO 1 | CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E ELEITORAL

QUESTÃO 01 | Direito Constitucional — Gabarito: C

Tema: *Nacionalidade e direitos de nacionalidade*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiros, quando nenhum deles esteja a serviço do Brasil, só são natos se registrados em repartição brasileira competente ou se vierem a residir no país e, após atingida a maioridade, optarem pela nacionalidade brasileira (art. 12, I, "c").

Alternativa B
Alternativa incorreta. A naturalização extraordinária (art. 12, II, "b") exige residência ininterrupta por mais de quinze anos e ausência de condenação penal, além do requerimento. Não se exige prova de capacidade econômica nem exame oficial de idioma, requisitos próprios de outras modalidades de naturalização.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. É a tese fixada no Tema 1.253 da repercussão geral: assegura-se a nacionalidade brasileira originária à pessoa nascida no exterior, adotada por brasileiro e registrada em órgão consular competente, em leitura conforme a vedação de distinção entre filhos adotivos e biológicos.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A Constituição admite a reaquisição da nacionalidade, e a própria hipótese de perda comporta exceções, como o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e a imposição de naturalização como condição de permanência ou de exercício de direitos civis.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A distinção entre natos e naturalizados só pode ser estabelecida pela própria Constituição (art. 12, § 2º), sendo vedado à lei criar diferenciações.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A omite justamente os requisitos alternativos do registro e da opção, apresentando como suficiente a ascendência. Repare que o Tema 1.253 não cria hipótese nova de nacionalidade: enquadra a adoção na alínea "c" do art. 12, I, vedando tratamento distinto ao filho adotivo.

QUESTÃO 02 | Direito Constitucional — Gabarito: A

Tema: *Liberdade de expressão e responsabilidade dos provedores*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Ao apreciar os embargos nos Temas 987 e 533, o Supremo aperfeiçoou os parâmetros de responsabilização: além da hipótese clássica de descumprimento de ordem judicial, admite-se a responsabilização por falha sistêmica no dever de cuidado, quanto a conteúdos que configurem crimes graves, tendo sido fixado prazo para a implementação de medidas estruturais pelas plataformas.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Nenhum direito fundamental é absoluto no sistema constitucional brasileiro, e a exigência de trânsito em julgado inviabilizaria a tutela tempestiva da dignidade e da integridade das vítimas.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A responsabilidade não é objetiva e automática: o regime construído pelo Supremo parte do dever de cuidado e da falha sistêmica, preservando o núcleo do art. 19 do Marco Civil da Internet quanto aos demais conteúdos.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A vedação ao anonimato (art. 5º, IV) alcança toda manifestação do pensamento, inclusive em meio digital, e é pressuposto da responsabilização posterior.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O direito de resposta é assegurado diretamente pelo art. 5º, V, proporcional ao agravo, e independe de regulamentação para ser exercido, inclusive em face de ofensas veiculadas na internet.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C é a que mais atrai, por traduzir uma intuição protetiva, mas confunde dever de cuidado com responsabilidade objetiva pura. O ponto decisivo é o critério da falha sistêmica, que não dispensa a análise da diligência da plataforma, salvo quanto a conteúdos de crimes graves e a contas inautênticas.

QUESTÃO 03 | Direito Constitucional — Gabarito: E

Tema: *Igualdade, ações afirmativas e pessoas com deficiência*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a III contraria o julgamento que reconheceu a constitucionalidade da legislação de transparência salarial voltada à redução das disparidades de gênero.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A assertiva II está correta, mas a IV dispensa indevidamente os parâmetros de proporcionalidade e de revisão periódica que a jurisprudência exige das políticas afirmativas.

Alternativa C
Alternativa incorreta. As assertivas I e II estão corretas, mas a III é falsa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Somente a assertiva II, entre as indicadas, está correta.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. A assertiva I corresponde ao julgamento que declarou inconstitucional a lei catarinense proibitiva de cotas étnico-raciais; a assertiva II reflete a validação da Lei 14.126/2021, condicionada à avaliação biopsicossocial individualizada do caso concreto.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva IV é falsa por excesso: a ação afirmativa é constitucional, mas submete-se a juízo de proporcionalidade, à aferição periódica de resultados e à temporariedade, sob pena de converter-se em privilégio. A assertiva III inverte o resultado do julgamento sobre transparência salarial.

QUESTÃO 04 | Direito Constitucional — Gabarito: B

Tema: *Teto remuneratório e verbas indenizatórias*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O Supremo reafirmou a exigência de lei federal específica para a criação de auxílios e verbas de natureza indenizatória nas carreiras alcançadas pelo teto, afastando a disciplina por atos administrativos internos.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. Ao julgar as ações diretas e as reclamações sobre o tema, a Corte reafirmou o teto constitucional, condicionou a criação dessas verbas à lei federal específica e, em embargos, manteve limite percentual do subsídio mensal para o conjunto das parcelas, justamente para impedir a expansão de rubricas que, na prática, acrescem remuneração.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O teto do art. 37, XI, alcança expressamente os membros da magistratura e do Ministério Público, tendo por referência o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O Supremo já assentou que o teto incide sobre as vantagens pessoais, ainda que anteriores à Emenda 41/2003, pois não há direito adquirido a regime jurídico remuneratório.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A acumulação de proventos e de subsídio é admitida nas hipóteses de cargos acumuláveis na atividade, nos cargos eletivos e nos cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A é construída sobre uma premissa verdadeira, a de que verbas indenizatórias não integram o teto, para dela extrair conclusão falsa quanto ao veículo normativo competente. O eixo do julgamento é formal: sem lei federal específica, a rubrica não se legitima, ainda que materialmente indenizatória.

QUESTÃO 05 | Direito Constitucional — Gabarito: D

Tema: *Poder Legislativo e comissões parlamentares de inquérito*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A interceptação telefônica e a busca domiciliar submetem-se à reserva de jurisdição, não podendo ser determinadas por comissão parlamentar de inquérito.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A criação da comissão é direito público subjetivo da minoria: preenchidos os requisitos do art. 58, § 3º, da Constituição, a saber, requerimento de um terço dos membros, fato determinado e prazo certo, a instalação não se submete à conveniência da maioria.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A indisponibilidade de bens, por implicar restrição patrimonial com caráter cautelar típico, também se insere na reserva de jurisdição.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. O Supremo assentou que a prorrogação de comissões parlamentares de inquérito, inclusive mistas, não é automática nem titularizada como direito subjetivo pela minoria, exigindo deliberação formal da Casa, o que distingue a prorrogação da criação.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A quebra de sigilo depende de deliberação fundamentada, com indicação concreta dos motivos e da pertinência da medida, sob pena de nulidade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A questão explora a assimetria entre criação e prorrogação: a primeira é direito da minoria e independe de deliberação plenária; a segunda depende de deliberação formal. Quem memoriza apenas a regra da criação tende a estendê-la indevidamente à prorrogação.

QUESTÃO 06 | Direito Constitucional — Gabarito: A

Tema: *Controle de constitucionalidade*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. A assertiva I reproduz o art. 27 da Lei 9.868/1999; a assertiva II, o art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999, com a leitura jurisprudencial que afasta a subsidiariedade quando os demais meios não se mostram aptos a sanar a lesividade com a mesma amplitude; e a assertiva IV descreve corretamente a inconstitucionalidade consequencial ou por arrastamento.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a III contraria a orientação segundo a qual cabe recurso extraordinário contra decisão de tribunal de justiça em controle concentrado estadual quando o parâmetro é norma de reprodução obrigatória.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A assertiva II está correta, mas a III é falsa, pelos fundamentos indicados.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A assertiva IV está correta, mas a III é falsa.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A assertiva III é falsa, de modo que não se pode afirmar a correção de todas.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva III invoca a autonomia federativa, argumento sedutor, para negar o cabimento do recurso extraordinário. Ocorre que, sendo o parâmetro norma de reprodução obrigatória, discute-se, em última análise, a própria Constituição Federal, o que legitima a revisão pelo Supremo e evita interpretações divergentes do mesmo preceito.

QUESTÃO 07 | Direito Constitucional — Gabarito: D

Tema: *Hermenêutica constitucional e métodos de interpretação*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O método tópico-problemático parte do problema para a norma, e não o inverso. A Constituição é tratada como sistema aberto de regras e princípios, de caráter fragmentário, a ser concretizado a partir do caso.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A proposição descreve, na verdade, o método tópico-problemático. Hesse, no método hermenêutico-concretizador, parte da norma para o problema, atribuindo primazia ao texto constitucional, embora reconheça a pré-compreensão do intérprete e o círculo hermenêutico.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Os conceitos estão invertidos. Em Müller, o programa normativo corresponde ao enunciado linguístico do dispositivo, e o âmbito normativo, ao recorte da realidade social por ele alcançado; a norma resulta da conjugação de ambos.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. O método científico-espiritual de Smend lê a Constituição a partir da ordem de valores e da função de integração, e a crítica que se lhe dirige é precisamente a indeterminação dos resultados e o risco de subjetivismo do intérprete.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Häberle propõe exatamente o oposto: amplia o círculo de intérpretes a todos os que vivem a Constituição, submetendo a interpretação à reserva de consistência.

MELINDRE DA QUESTÃO
As inversões das alternativas B e C são as mais difíceis de perceber, porque empregam a terminologia correta na ordem trocada. Fixe-se a fórmula de Müller: programa normativo é o texto; âmbito normativo é a realidade; a norma é o resultado da concretização de ambos.

QUESTÃO 08 | Direito Constitucional — Gabarito: B

Tema: *Histórico das Constituições brasileiras*

Alternativa A
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. A Carta imperial era semirrígida, adotava o catolicismo como religião oficial e consagrava a divisão quadripartite dos poderes.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa incorreta, e por isso é o gabarito. A Polaca previu o plebiscito de confirmação, que jamais foi realizado, circunstância que reforça a sua classificação como constituição semântica na tipologia de Loewenstein.

Alternativa C
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. São inovações da Constituição de 1934, de inspiração social e weimariana.

Alternativa D
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. A Emenda 16/1965 instituiu a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, de competência do Supremo Tribunal Federal.

Alternativa E
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. A convocação deu-se por emenda constitucional, e não por decreto, o que alimenta o debate doutrinário sobre a natureza da Constituinte de 1987 e 1988.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B é construída com um dado verdadeiro, a previsão do plebiscito, ao qual se acrescenta a afirmação falsa de sua realização. Note-se, ainda, a distinção entre o controle concentrado inaugurado em 1934, pela representação interventiva, e o controle abstrato propriamente dito, de 1965.

QUESTÃO 09 | Direito Administrativo — Gabarito: E

Tema: *Intervenção do Estado na propriedade*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A limitação administrativa atinge o caráter absoluto da propriedade, é geral e dirigida a proprietários indeterminados e, em regra, não é indenizável, salvo quando esvazia o conteúdo econômico do bem.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A proposição inverte os critérios: a servidão atinge o caráter exclusivo, recai sobre bem determinado e é indenizável quando houver prejuízo comprovado.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A requisição é fundada em perigo público iminente, mas assegura indenização ulterior, se houver dano, nos termos do art. 5º, XXV, da Constituição.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Mesmo no tombamento voluntário exige-se pronunciamento do órgão técnico sobre o valor cultural do bem. Quanto ao direito de preferência, foi revogado pelo Código de Processo Civil de 2015.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. As demais modalidades são manifestações do poder de polícia e restringem o uso da propriedade; a desapropriação funda-se na supremacia do interesse público e opera a transferência compulsória do bem, com justa indenização.

MELINDRE DA QUESTÃO
O par absoluto e exclusivo é o eixo da questão: a limitação atinge o caráter absoluto; a servidão, o exclusivo. A revogação do direito de preferência no tombamento pelo Código de Processo Civil de 2015 é ponto frequentemente ignorado.

QUESTÃO 10 | Direito Administrativo — Gabarito: C

Tema: *Desapropriação*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Os prazos estão invertidos: a declaração de utilidade pública caduca em cinco anos e a de interesse social, em dois anos.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A desapropriação sancionatória urbana é paga em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, pressupondo o prévio parcelamento ou edificação compulsórios e o IPTU progressivo no tempo.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. É a orientação do Tema 1.019 do Superior Tribunal de Justiça: aplica-se o prazo decenal do parágrafo único do art. 1.238 do Código Civil, por analogia com a usucapião extraordinária por posse-trabalho, restando superado o prazo vintenário da Súmula 119.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A desapropriação confiscatória não enseja qualquer indenização ao proprietário, destinando-se as glebas à reforma agrária e a programas de habitação popular.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A imissão provisória na posse é admitida mediante declaração de urgência e depósito prévio, independentemente do trânsito em julgado, conforme orientação consolidada.

MELINDRE DA QUESTÃO
A inversão dos prazos de caducidade, na alternativa A, é das armadilhas mais frequentes: cinco anos para utilidade pública e dois anos para interesse social. Na alternativa C, o ponto sensível é reconhecer que a Súmula 119 do STJ está superada pelo prazo decenal.

QUESTÃO 11 | Direito Administrativo — Gabarito: B

Tema: *Improbidade administrativa após a Lei 14.230/2021*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A exigência de dolo específico foi mantida como constitucional, afastando-se a punição por improbidade culposa, inclusive nas hipóteses de dano ao erário.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. Reúne três das interpretações fixadas no julgamento: a natureza civil da ação, distinta da ação civil pública; a solidariedade na obrigação de ressarcir; e a eficácia limitada da absolvição criminal, que só repercute quando fundada em inexistência do fato, negativa de autoria ou excludente de ilicitude.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Fixou-se que a perda da função pública alcança todas as funções exercidas pelo agente, ressalvada a possibilidade de afastamento excepcional e fundamentado pelo juiz, à luz da proporcionalidade.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Foi declarada inconstitucional a exigência de benefício direto para a responsabilização de sócios, diretores e colaboradores, por esvaziar a tutela da probidade nas relações com o setor privado.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Reputou-se inconstitucional a redução do prazo de oito para quatro anos na hipótese de reinício da contagem após a interrupção.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C enuncia uma leitura restritiva plausível da sanção, mas contrária ao que foi fixado: a perda alcança todas as funções, com ressalva excepcional e fundamentada. Note-se que o julgamento preservou o núcleo da reforma, como a exigência de dolo, e ao mesmo tempo afastou os dispositivos que inviabilizavam a atuação do Ministério Público.

QUESTÃO 12 | Direito Administrativo — Gabarito: E

Tema: *Agentes públicos, advocacia pública e Ministério Público*

Alternativa A
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É a tese do Tema 1.308, que estendeu o piso nacional aos professores temporários.

Alternativa B
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o conteúdo do Tema 936: a inscrição na Ordem é indispensável, embora o poder disciplinar, no exercício da função, seja do órgão correicional da carreira.

Alternativa C
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o Tema 1.382, segundo o qual o Ministério Público não pode ser condenado em honorários sucumbenciais, cabendo-lhe custear as perícias que requer.

Alternativa D
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. O Supremo firmou que, nas acumulações licitamente exercidas, o teto incide sobre cada vínculo isoladamente considerado.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa incorreta, e por isso é o gabarito. O prazo de estabilidade é de três anos de efetivo exercício (art. 41 da Constituição, na redação da Emenda 19/1998). Correta apenas a exigência de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E mistura um erro numérico com um acerto, técnica recorrente: o prazo é de três anos, não de dois, que corresponde ao regime anterior à Emenda 19/1998. Não confunda, ainda, o estágio probatório com o período de estabilidade.

QUESTÃO 13 | Direito Administrativo — Gabarito: A

Tema: *Responsabilidade civil do Estado*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. A conduta comissiva atrai a responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo, que admite excludentes. Na omissão, a doutrina e a jurisprudência distinguem a omissão genérica, de responsabilidade subjetiva pela falta do serviço, da omissão específica, em que o dever concreto de agir e a criação da situação de risco conduzem à responsabilidade objetiva.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A proposição desconsidera a omissão específica, em que a responsabilidade é objetiva, e, ademais, a culpa na omissão genérica é anônima, do serviço, e não necessariamente individualizada em um agente.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A regra constitucional é o risco administrativo, que admite excludentes. O risco integral é excepcional, reservado a hipóteses como o dano ambiental e o acidente de trabalho perante o regime geral.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O art. 37, § 6º, condiciona o direito de regresso à demonstração de dolo ou culpa do agente.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal superou essa distinção: as prestadoras de serviço público respondem objetivamente também perante terceiros não usuários.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E reproduz entendimento já superado, o que a torna atraente para quem estudou por material desatualizado. Na alternativa A, o ponto fino é a distinção entre omissão genérica e específica, que decide o regime de responsabilidade aplicável.

QUESTÃO 14 | Direito Administrativo — Gabarito: C

Tema: *Serviços públicos e concessões*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A alteração unilateral das cláusulas regulamentares é possível, mas impõe a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cláusula de natureza contratual protegida pelo art. 37, XXI, da Constituição.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A encampação, retomada do serviço por motivo de interesse público, exige lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. A caducidade decorre de inadimplemento da concessionária, é declarada por decreto após processo administrativo com ampla defesa, e a indenização é calculada com o desconto das multas contratuais e dos danos causados, nos termos da Lei 8.987/1995.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A reversão ocorre ao final da concessão, assegurada indenização pelas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A jurisprudência admite a interrupção por inadimplemento, desde que precedida de aviso, referente a débito atual e preservadas a integridade física do usuário e as unidades públicas essenciais.

MELINDRE DA QUESTÃO
A diferença de regime entre encampação e caducidade é o eixo da questão: a primeira exige lei e indenização prévia; a segunda pressupõe falta da concessionária e permite o desconto de multas e danos do valor indenizatório.

QUESTÃO 15 | Direito Tributário — Gabarito: D

Tema: *Impostos em espécie e a reforma tributária*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O imposto sobre produtos industrializados é exceção à anterioridade de exercício, mas observa a noventena, e a sua seletividade é obrigatória, em função da essencialidade do produto.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal admite a progressividade do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, mas, quanto ao imposto de transmissão inter vivos, a Súmula 656 veda a progressividade em razão do valor venal do imóvel, independentemente de lei complementar.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A Emenda 132/2023 autorizou expressamente a incidência do imposto sobre a propriedade de veículos automotores sobre veículos aquáticos e aéreos, com exceções, superando a jurisprudência anterior.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. São duas inovações centrais da reforma: a criação do imposto seletivo, de caráter extrafiscal, e a progressividade obrigatória do imposto sobre transmissão causa mortis e doação em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A reforma adotou a tributação por fora, de modo que a contribuição sobre bens e serviços e o imposto sobre bens e serviços não integram a própria base de cálculo nem a base um do outro.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A inverte o regime do imposto sobre produtos industrializados em dois pontos: ele é exceção à anterioridade anual, mas se submete à noventena, e a sua seletividade é obrigatória, ao contrário da seletividade facultativa do ICMS.

QUESTÃO 16 | Direito Tributário — Gabarito: E

Tema: *Jurisprudência tributária recente dos tribunais superiores*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a II contraria o decidido: o teto de vinte salários mínimos não se aplica às contribuições destinadas a terceiros.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A assertiva III está correta, mas a II é falsa.

Alternativa C
Alternativa incorreta. As assertivas I e IV estão corretas, mas a II é falsa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. As assertivas III e IV estão corretas, mas também a I está, o que torna incompleta a combinação.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. As assertivas I, III e IV correspondem, respectivamente, aos entendimentos firmados quanto à inclusão do PIS e da Cofins na base do lucro presumido, à suficiência da legislação anterior para a cobrança do diferencial de alíquotas na hipótese de destinatário contribuinte e à inaplicabilidade dos limites de bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios para contribuições previdenciárias.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva II é a mais sedutora porque o teto de vinte salários mínimos chegou a ser acolhido em precedentes isolados antes da afetação, tendo sido depois rejeitado no julgamento repetitivo, com modulação de efeitos. Atenção, ainda, à assertiva III: a suficiência da legislação anterior foi reconhecida apenas para o destinatário contribuinte do imposto, não se confundindo com a exigência de lei complementar quando o destinatário é não contribuinte.

QUESTÃO 17 | Direito Tributário — Gabarito: C

Tema: *Limitações constitucionais ao poder de tributar*

Alternativa A
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É a dicção do art. 150, § 2º e § 3º, da Constituição.

Alternativa B
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o conteúdo da Súmula Vinculante 52, que estendeu a orientação da Súmula 724 às entidades imunes.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa incorreta, e por isso é o gabarito. A proposição está correta quanto ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, mas incorreta quanto ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores: a fixação da base de cálculo de ambos é exceção à noventena, nos termos do art. 150, § 1º.

Alternativa D
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. O Supremo estende o parâmetro do não confisco às multas, reputando confiscatórias, em regra, as que superam o valor do tributo.

Alternativa E
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. São as exceções à legalidade estrita previstas no art. 153, § 1º, da Constituição.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C acerta metade do enunciado e erra a outra: a fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores também excepciona a noventena. O rol das exceções do art. 150, § 1º, exige memorização precisa, pois varia conforme se trate de anterioridade anual ou nonagesimal.

QUESTÃO 18 | Direito Eleitoral — Gabarito: A

Tema: *Partidos políticos e fidelidade partidária*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. A perda do mandato por desfiliação sem justa causa incide no sistema proporcional, com as hipóteses de justa causa previstas na Lei 9.096/1995, entre elas a janela partidária, a mudança substancial do programa e a grave discriminação política pessoal.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O partido adquire personalidade jurídica na forma da lei civil, com o registro no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas; o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral é requisito para a participação no processo eleitoral e para o acesso ao Fundo Partidário e ao horário gratuito.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A Lei 9.096/1995 afastou a solidariedade: a responsabilidade por atos e dívidas é do órgão partidário que os tenha praticado ou contraído, respondendo cada esfera por seus próprios atos.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A fusão e a incorporação observam procedimento específico, com deliberação dos órgãos competentes, aprovação dos respectivos estatutos e programas e registro perante a Justiça Eleitoral.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A lei destina percentual mínimo do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C explora a intuição de que o partido é uno, mas a lei consagra exatamente o oposto, afastando a solidariedade entre as esferas partidárias. Quanto à personalidade jurídica, note-se a dupla etapa: registro civil para existir como pessoa jurídica e registro no Tribunal Superior Eleitoral para atuar no processo eleitoral.

QUESTÃO 19 | Direito Eleitoral — Gabarito: D

Tema: *Inelegibilidades, improbidade e ilícitos eleitorais*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A alínea "l" do art. 1º, I, da Lei Complementar 64/1990 exige decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, além da suspensão dos direitos políticos e do reconhecimento de ato doloso de improbidade que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A assertiva contraria a tese firmada no Tema 1.260, que admitiu a dupla responsabilização.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Exige-se decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, não se exigindo o trânsito em julgado de eventual ação anulatória para a incidência da inelegibilidade.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. É o conteúdo do Tema 1.260: a dupla responsabilização não configura *bis in idem*, porque as instâncias são autônomas, ressalvada a comunicabilidade quando a Justiça Eleitoral reconhece a inexistência do fato ou a negativa de autoria.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A jurisprudência eleitoral admite que fatos supervenientes afastem a inelegibilidade, em homenagem ao direito fundamental de participação política e à máxima efetividade da soberania popular.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B apresenta o argumento intuitivo do *bis in idem*, exatamente o que foi rejeitado pelo Supremo. Registre-se, ainda, que a ressalva fixada é estreita: apenas a inexistência do fato e a negativa de autoria reconhecidas na esfera eleitoral repercutem nas demais instâncias.

QUESTÃO 20 | Direito Eleitoral — Gabarito: B

Tema: *Capacidade eleitoral e direitos políticos*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, o alistamento e o voto são facultativos, assim como para os analfabetos e os maiores de setenta anos.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. É a regra do art. 11, § 2º, da Lei 9.504/1997: a idade mínima é verificada na data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, caso em que a aferição se dá na data-limite para o pedido de registro.

Alternativa C
Alternativa incorreta. As hipóteses de perda e de suspensão são taxativas no art. 15 da Constituição, sendo vedada a cassação de direitos políticos e a criação de novas causas pela legislação ordinária.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A condenação criminal transitada em julgado acarreta suspensão, e não perda, dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O militar alistável é elegível, observadas as condições do art. 14, § 8º, da Constituição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente para a inatividade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B exige a memorização de uma regra de exceção: a aferição na data da posse é o padrão, mas a idade de dezoito anos, exigida para vereador, é verificada no momento do registro. A alternativa D explora a confusão entre perda e suspensão, distinção que o art. 15 da Constituição torna decisiva.

BLOCO 2 | PENAL, PROCESSO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 21 | Direito Penal — Gabarito: B

Tema: *Iter criminis, tentativa e crime impossível*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a III atribui ao crime impossível natureza de causa de isenção de pena, quando a natureza é de causa de exclusão da tipicidade.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. As assertivas I, II e IV traduzem o regime vigente. A tentativa é punida com a pena do consumado diminuída de um a dois terços, em fração inversamente proporcional à proximidade da consumação, salvo nos crimes de atentado; e o crime impossível exige inidoneidade absoluta, aferida no caso concreto e após a prática do fato.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A assertiva II está correta, mas a III é falsa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A assertiva IV está correta, mas a III é falsa.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A assertiva III é falsa, pelos fundamentos expostos.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva III parte da literalidade do art. 17, que diz não se punir a tentativa, para extrair uma natureza jurídica equivocada. Como a conduta não preenche o tipo, a consequência é a atipicidade, e não a isenção de pena, o que repercute, por exemplo, na responsabilização dos partícipes.

QUESTÃO 22 | Direito Penal — Gabarito: D

Tema: *Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O arrependimento eficaz só é possível nos crimes materiais, pois pressupõe resultado naturalístico a ser impedido.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Voluntariedade é conduta livre de coação; espontaneidade é o que brota da íntima convicção. Basta a primeira, sendo irrelevante que a ideia tenha partido de terceiro.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O arrependimento posterior é causa geral de diminuição de pena, incidente na terceira fase da dosimetria, e pressupõe crime já consumado.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. Reúne três pontos consolidados: a aplicabilidade a qualquer crime compatível, inclusive ao peculato doloso e à reparação do dano moral; a irrelevância da violência contra a coisa e da violência culposa; e a incidência da atenuante do art. 65, III, "b", quando a reparação é posterior ao recebimento da denúncia.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Prevalece atualmente a comunicabilidade, pois os institutos reúnem natureza subjetiva, ligada à vontade, e objetiva, por impedirem a produção do resultado.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A inverte a lógica do instituto: só há o que impedir onde há resultado naturalístico. Quanto à violência imprópria, registre-se a divergência: prevalece, nas provas de Ministério Público, o não cabimento do arrependimento posterior, por se tratar de forma de violência contra a vítima.

QUESTÃO 23 | Direito Penal — Gabarito: A

Tema: *Homicídio, feminicídio e figuras recentes*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. O feminicídio foi transformado em crime autônomo, com pena própria de vinte a quarenta anos, e o vicaricídio criminaliza a chamada violência vicária, punindo o uso de pessoa querida como instrumento para atingir a mulher, com idêntico patamar de pena.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A figura híbrida exige qualificadora de natureza objetiva, de meio ou modo, e, reconhecida, afasta a hediondez por falta de previsão legal.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O homicídio simples, em regra, não é hediondo, salvo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio. Reconhecido o privilégio pelos jurados, a diminuição é direito subjetivo do réu.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A consumação se dá com a morte encefálica, e a tutela penal inicia-se com o começo do parto, sendo desnecessário que o nascente tenha respirado.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O perdão judicial é causa extintiva da punibilidade, e a sentença que o concede é declaratória, não subsistindo qualquer efeito condenatório, conforme a Súmula 18 do Superior Tribunal de Justiça.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E é a mais técnica entre as erradas: o perdão judicial não reduz pena, extingue a punibilidade, e a sentença que o aplica não gera reincidência nem efeitos secundários. Quanto ao item A, repare que o vicaricídio exige elemento subjetivo especial, o fim de causar sofrimento, punição ou controle à mulher.

QUESTÃO 24 | Direito Penal — Gabarito: E

Tema: *Crimes contra a fé pública*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Não há crime culposo contra a fé pública: todas as figuras do Título são dolosas.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O parágrafo único do art. 298 equipara o cartão de crédito ou débito a documento particular.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A falsificação grosseira afasta o crime de moeda falsa, podendo configurar estelionato se o agente efetivamente ilude vítima determinada, com deslocamento da competência para a Justiça Estadual, nos termos da Súmula 73 do Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A Súmula 522 do Superior Tribunal de Justiça firma a tipicidade da conduta, ainda que em alegada autodefesa.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a distinção estruturante entre falsidade material e ideológica e a solução consolidada para o uso do documento pelo próprio falsificador, hipótese em que não há concurso entre falsificação e uso.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C é a mais sofisticada: a falsificação grosseira não gera tentativa de moeda falsa, porque o crime é impossível por ineficácia do meio quanto à fé pública; o que pode subsistir é crime diverso, contra o patrimônio, de competência estadual.

QUESTÃO 25 | Direito Penal — Gabarito: C

Tema: *Lei de Drogas: tráfico privilegiado e dosimetria*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A valoração deve ser conjunta e única, preferencialmente na terceira fase, sob pena de *bis in idem*, conforme orientação reafirmada em julgado recente do Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A tese firmada admite expressamente que a quantidade, quando muito expressiva, afaste a minorante, sem exigência de prova documental específica.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. É a síntese das teses dos Temas 1.154 e 1.241 da Terceira Seção: a quantidade expressiva, incompatível com o pequeno ou eventual traficante, basta para afastar a minorante; nos demais casos, exige-se a conjugação com outros elementos concretos e fundamentação idônea.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O Superior Tribunal de Justiça fixou que a fração do art. 44, parágrafo único, da Lei de Drogas aplica-se ao crime de associação para o tráfico, para fins de livramento condicional.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O tráfico privilegiado não tem natureza hedionda, orientação consolidada desde a superação do entendimento anterior e positivada pela Lei 13.964/2019.

MELINDRE DA QUESTÃO
As alternativas B e C são próximas e se distinguem por um detalhe: a quantidade isoladamente considerada pode afastar a minorante, mas apenas quando expressiva a ponto de evidenciar a incompatibilidade com o pequeno traficante. Fora dessa hipótese, exige-se conjugação com outros elementos concretos.

QUESTÃO 26 | Direito Penal — Gabarito: D

Tema: *Concurso de crimes e crimes previdenciários*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O art. 71 exige, além da identidade de espécie, condições semelhantes de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, somando-se a discussão sobre a unidade de desígnios.

Alternativa B
Alternativa incorreta. No concurso formal impróprio, decorrente de desígnios autônomos, as penas são somadas, aplicando-se o cúmulo material.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O parágrafo único do art. 71 destina-se exatamente aos crimes dolosos praticados contra vítimas diferentes, com violência ou grave ameaça, hipótese em que o aumento pode chegar ao triplo.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. É a tese do Tema 1.353 do Superior Tribunal de Justiça: os crimes dos arts. 168-A e 337-A do Código Penal não são da mesma espécie, o que inviabiliza o reconhecimento da continuidade delitiva entre eles.

Alternativa E
Alternativa incorreta. No concurso material aplica-se o cúmulo material, somando-se as penas; a exasperação é própria do concurso formal próprio e do crime continuado.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C inverte a função do parágrafo único do art. 71, que não exclui, mas disciplina especificamente a continuidade em crimes dolosos contra vítimas diversas cometidos com violência ou grave ameaça. A tese do Tema 1.353 é recente e reforça o critério formal de identidade típica para a continuidade.

QUESTÃO 27 | Direito Penal — Gabarito: B

Tema: *Execução penal: progressão, remição e livramento condicional*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a IV contraria a tese recente que manteve a incidência dos prazos prescricionais do Código Penal para a pena de multa.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. As assertivas I, II e III correspondem, respectivamente, aos Temas 1.354, 1.357 e 1.367 do Superior Tribunal de Justiça, todos firmados em julgamento de recursos repetitivos.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A assertiva II está correta, mas a IV é falsa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A assertiva III está correta, mas a IV é falsa.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A assertiva IV é falsa, de modo que não se pode afirmar a correção de todas.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva IV explora a conhecida conversão da multa em dívida de valor para concluir, equivocadamente, pela aplicação exclusiva da prescrição tributária. O entendimento fixado é intermediário: a prescrição segue o art. 114 do Código Penal, mas à execução aplicam-se as causas suspensivas da Lei 6.830/1980 e as interruptivas do art. 174 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 28 | Direito Penal — Gabarito: C

Tema: *Dosimetria da pena e circunstâncias judiciais*

Alternativa A
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o conteúdo do Tema 1.394 do Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa B
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É entendimento consolidado, do qual decorre a Súmula 241 do Superior Tribunal de Justiça, quanto à impossibilidade de dupla valoração da reincidência.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa incorreta, e por isso é o gabarito. A Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça veda que a incidência de circunstância atenuante conduza a pena a patamar inferior ao mínimo legal, e, por simetria, as agravantes não autorizam a superação do máximo cominado.

Alternativa D
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o teor da Súmula 545 do Superior Tribunal de Justiça, aplicável também à confissão parcial ou qualificada quando utilizada na fundamentação.

Alternativa E
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o critério bifásico dos arts. 49 e 60 do Código Penal.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C invoca a individualização da pena, princípio verdadeiro, para afastar um limite consolidado. O tema é objeto de crítica doutrinária e de debate quanto à constitucionalidade da Súmula 231, mas, para fins objetivos, prevalece a vedação à redução abaixo do mínimo legal.

QUESTÃO 29 | Direito Processual Penal — Gabarito: A

Tema: *Prisão em flagrante e flagrantes anômalos*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a natureza pré-cautelar do flagrante, o prazo de apresentação e as três providências possíveis do art. 310 do Código de Processo Penal.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A descrição corresponde ao flagrante presumido, ficto ou assimilado. O impróprio, irreal ou quase-flagrante, exige perseguição logo após, em situação que faça presumir a autoria.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O flagrante esperado é lícito: a autoridade apenas aguarda a ação criminosa, sem provocá-la nem induzir o agente.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A Súmula 145 trata do flagrante preparado ou provocado. O flagrante forjado é aquele em que a situação flagrancial é criada artificialmente, sendo ilícito e configurando crime por parte de quem o forja.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A ausência da audiência não gera, por si só, nulidade da prisão, embora possa ensejar relaxamento se configurada ilegalidade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A distinção entre as três modalidades anômalas é o núcleo da questão: no esperado a autoridade aguarda; no preparado, induz e impede a consumação, gerando crime impossível; no forjado, cria artificialmente a cena, praticando ela própria um crime.

QUESTÃO 30 | Direito Processual Penal — Gabarito: E

Tema: *Prisão preventiva e prisão temporária*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O art. 311, com a redação do Pacote Anticrime, suprimiu a decretação de ofício em qualquer fase, exigindo representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A temporária é exclusiva da fase de investigação, e nos crimes hediondos e equiparados o prazo é de trinta dias, prorrogável por mais trinta.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O patamar do art. 313, I, é de pena máxima superior a quatro anos, e não se decreta preventiva em contravenções penais.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A revisão periódica é dever de reavaliação fundamentada, e não prazo de duração da prisão; a sua inobservância pode tornar ilegal a manutenção da custódia, mas não acarreta soltura automática.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a vedação do art. 314, a exigência de contemporaneidade reforçada pelo Pacote Anticrime e os dois regimes de prazo da prisão temporária.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D é a mais sedutora porque converte um dever de revisão em prazo peremptório. A distinção é relevante na prática: a ausência de reavaliação não gera soltura automática, mas autoriza o reconhecimento da ilegalidade da manutenção da custódia.

QUESTÃO 31 | Direito Processual Penal — Gabarito: C

Tema: *Provas ilícitas e cadeia de custódia*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O art. 157, § 1º, ressalva a inexistência de nexo de causalidade entre a prova originária e a derivada, bem como a possibilidade de obtenção por fonte independente, às quais a jurisprudência acrescenta a descoberta inevitável.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A cadeia de custódia começa muito antes, com a preservação do local e o reconhecimento do vestígio, nos termos dos arts. 158-A e seguintes do Código de Processo Penal.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. O rastreamento documentado do vestígio, desde o reconhecimento até o descarte, é condição de confiabilidade da prova, e a sua quebra é apreciada pelo juiz quanto à idoneidade e à admissibilidade do elemento probatório.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A confissão é divisível e retratável e deve ser confrontada com as demais provas, não bastando para a condenação, sobretudo quando prestada exclusivamente na fase inquisitorial.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O Código veda ao juiz a iniciativa probatória na fase de investigação, em reforço ao sistema acusatório e à imparcialidade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A despreza as exceções legais e jurisprudenciais à prova derivada, que são o ponto mais cobrado do art. 157. Quanto à cadeia de custódia, fixe-se o marco inicial: a preservação do local e o reconhecimento do vestígio, e não a perícia ou a juntada do laudo.

QUESTÃO 32 | Direito Processual Penal — Gabarito: A

Tema: *Acordo de não persecução penal*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. São os requisitos do art. 28-A do Código de Processo Penal: inexistência de hipótese de arquivamento, confissão formal e circunstanciada, infração sem violência ou grave ameaça e pena mínima inferior a quatro anos, considerando-se as causas de aumento e de diminuição.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A ausência de violência ou grave ameaça é requisito legal intransponível, não suprido pela reparação do dano.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O cumprimento integral acarreta a extinção da punibilidade, e o acordo não consta de certidão de antecedentes criminais, salvo para impedir novo benefício no prazo legal, não gerando reincidência nem maus antecedentes.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A recusa é controlável: o investigado pode requerer a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público, aplicando-se, por analogia, a sistemática do art. 28.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O acordo pressupõe a fase pré-processual. O Supremo Tribunal Federal admitiu a retroatividade da norma apenas a processos ainda não definitivamente julgados e sem sentença, não se cogitando de propositura após sentença condenatória.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C é a mais perigosa porque acerta a consequência principal, a extinção da punibilidade, e erra os efeitos secundários. O registro do acordo serve apenas para impedir novo benefício no prazo legal, não gerando reincidência nem valoração como maus antecedentes.

QUESTÃO 33 | Direito Processual Penal — Gabarito: E

Tema: *Sentença penal, emendatio e mutatio libelli*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A premissa é correta, mas a conclusão não: o surgimento de elementar não descrita exige aditamento, sob pena de condenação por fato do qual o réu não se defendeu.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O juiz não pode, de ofício, condenar por fato novo não aditado, sob pena de violação ao sistema acusatório. Recusando-se o Ministério Público a aditar, aplica-se, por analogia, a solução do art. 28.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A Súmula 453 do Supremo Tribunal Federal veda a aplicação do art. 384 em grau de recurso, por implicar supressão de instância.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Na *emendatio*, o juiz pode atribuir definição jurídica diversa ainda que o acusado fique sujeito a pena mais grave, precisamente porque o fato imputado não se altera.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Distingue corretamente as duas situações: a qualificadora já descrita e mal capitulada resolve-se pela *emendatio*; a elementar nova exige *mutatio*, com aditamento, nova resposta da defesa, possibilidade de arrolar até três testemunhas e designação de audiência.

MELINDRE DA QUESTÃO
A regra mnemônica resolve o caso: a *emendatio* muda o direito; a *mutatio*, o fato. O enunciado reúne de propósito as duas situações para exigir tratamento diferenciado de cada uma.

QUESTÃO 34 | Direito Processual Penal — Gabarito: D

Tema: *Tribunal do Júri*

Alternativa A
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. A pronúncia é juízo de admissibilidade, fundado em prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, embora a aplicação do *in dubio pro societate* seja objeto de crítica doutrinária crescente.

Alternativa B
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. Os institutos incidem na primeira fase do procedimento bifásico.

Alternativa C
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. Na desclassificação própria, a competência para julgar o delito remanescente desloca-se para o juiz presidente, nos termos do art. 492, § 1º.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa incorreta, e por isso é o gabarito. Cabe apelação com fundamento no art. 593, III, "d", quando a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, hipótese em que o tribunal determina novo júri, admitida uma única vez por esse fundamento, o que concilia o duplo grau com a soberania dos veredictos.

Alternativa E
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É a vedação do art. 478, I, do Código de Processo Penal.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D parte de uma premissa verdadeira, a soberania dos veredictos, para negar um recurso expressamente previsto. A conciliação está na consequência do provimento: o tribunal não substitui a decisão dos jurados, apenas submete o réu a novo julgamento.

QUESTÃO 35 | Direito Processual Penal — Gabarito: B

Tema: *Nulidades e sistema acusatório*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A revisão criminal é privativa da defesa, não se admitindo revisão *pro societate* no direito brasileiro.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. É o princípio *pas de nullité sans grief*, positivado no art. 563 do Código de Processo Penal e aplicado de forma ampla pela jurisprudência, com a ressalva de que, nas nulidades absolutas, o prejuízo é presumido.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada é nulidade absoluta, nos termos do art. 564, III, "d".

Alternativa D
Alternativa incorreta. A incompetência relativa submete-se à preclusão e deve ser arguida oportunamente, não comportando declaração de ofício a qualquer tempo.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, preservando-se os anteriores e os independentes, nos termos do art. 573, § 1º.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B é correta mesmo contendo uma aparente contradição: a exigência de prejuízo alcança também as nulidades absolutas, nas quais, porém, o prejuízo é presumido, dispensando prova. Essa leitura é a que explica a jurisprudência que relativiza nulidades historicamente tidas por insanáveis.

QUESTÃO 36 | Direito Processual Penal — Gabarito: A

Tema: *Ação penal e legitimidade*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. A Lei 13.718/2018 tornou pública incondicionada a ação nos crimes contra a dignidade sexual, e a Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal consagra a legitimidade concorrente na injúria e demais crimes contra a honra de servidor público em razão do exercício das funções.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A representação é retratável até o oferecimento da denúncia (art. 25 do Código de Processo Penal), ressalvado o regime próprio da Lei Maria da Penha, que exige retratação perante o juiz, em audiência, antes do recebimento da denúncia.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A ação penal privada subsidiária pressupõe inércia do Ministério Público, isto é, o decurso do prazo sem qualquer manifestação. O pedido de arquivamento, por constituir manifestação expressa, afasta o cabimento da subsidiária.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A indivisibilidade é princípio da ação penal privada (art. 48). Na ação pública prevalece a divisibilidade, admitindo-se o prosseguimento das investigações quanto aos demais envolvidos.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A decadência alcança tanto o direito de queixa quanto o de representação, pelo prazo de seis meses contado do conhecimento da autoria.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C é a mais atrativa porque confunde inércia com manifestação desfavorável: o arquivamento requerido no prazo é atuação do órgão, e não omissão, razão pela qual não autoriza a queixa subsidiária. Repare que a Súmula 714 continua aplicável mesmo após a alteração do regime dos crimes sexuais.

QUESTÃO 37 | Criminologia — Gabarito: E

Tema: *Escola Clássica*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Beccaria negava aos juízes a interpretação das leis penais, em nome da reserva legal e contra o arbítrio judicial do Antigo Regime.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A tese mais cobrada de Carrara é exatamente a oposta: o delito não é um ente de fato, mas um ente jurídico, decorrente da violação de um direito.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A indeterminação do prazo e a medição pela periculosidade são traços da Escola Positiva. Na Escola Clássica, as características essenciais da pena são a certeza, a prontidão e a severidade, sempre proporcional ao delito.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A Escola Clássica integra a etapa pré-científica e vale-se de método lógico, abstrato, dedutivo e normativo.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Sintetiza os pilares da Escola: livre-arbítrio, responsabilidade moral, pena retributiva de prazo certo e limitação racional do poder punitivo estatal.

MELINDRE DA QUESTÃO
As alternativas C e D transportam para a Escola Clássica atributos da Escola Positiva, troca que é a armadilha mais comum do tema. Vale recordar também a contribuição de Romagnosi, para quem, havendo certeza moral de que nenhum outro delito ocorreria, a sociedade não teria o direito de punir.

QUESTÃO 38 | Criminologia — Gabarito: B

Tema: *Escola Positivista*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A *Sociologia Criminal* e a Lei de Saturação Criminal são de Ferri. A obra inaugural de Lombroso é *O Homem Delinquente*.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. Garofalo cunhou a denominação Criminologia em obra de 1885, construiu a teoria do delito natural e centrou a medida da pena na temibilidade, entendida como a perversidade constante e ativa do delinquente.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A classificação em quatro categorias é de Garofalo. Ferri agrupou os criminosos em cinco: nato, louco, habitual, ocasional e passional.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Para os positivistas a pena é medida de defesa social, de caráter curativo e reeducativo, aferida pelas condições do sujeito e podendo ser por prazo indeterminado.

Alternativa E
Alternativa incorreta. As fases estão trocadas: a antropológica é de Lombroso; a sociológica, de Ferri; e a jurídica ou psicológica, de Garofalo.

MELINDRE DA QUESTÃO
O tema é resolvido pela sequência das três fases e pelas respectivas obras e datas: *O Homem Delinquente*, de 1876; a *Sociologia Criminal*, de 1884; e a *Criminologia*, de 1885. As tipologias completam o quadro: cinco categorias em Lombroso e em Ferri, quatro em Garofalo.

QUESTÃO 39 | Criminologia — Gabarito: C

Tema: *Teorias sociológicas da criminalidade*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A descrição corresponde à Escola de Chicago e à teoria ecológica. A associação diferencial sustenta que o comportamento criminoso é aprendido na interação com grupos íntimos, tese que Sutherland desenvolve também na análise dos crimes de colarinho branco.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O *labelling approach* rompe com o paradigma etiológico, inaugurando o paradigma da reação social.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. O etiquetamento investiga como as agências de controle selecionam e rotulam condutas e pessoas, e a distinção entre desviação primária e secundária, de Lemert, explica a consolidação da carreira desviante a partir da própria reação social.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A teoria das janelas quebradas sustenta exatamente o contrário: a tolerância com pequenas desordens favoreceria a escalada da criminalidade grave, proposição que fundamentou políticas de tolerância zero e é objeto de intensa crítica.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A criminologia crítica aprofunda a ruptura com o paradigma etiológico, deslocando a análise para a estrutura socioeconômica e para a seletividade do sistema penal.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B é a mais perigosa porque associa o etiquetamento ao paradigma que ele justamente supera. Fixe-se a chave: o paradigma etiológico pergunta por que o indivíduo delinque; o paradigma da reação social pergunta por que determinadas condutas e pessoas são selecionadas como criminosas.

QUESTÃO 40 | Criminologia — Gabarito: D

Tema: *Vitimologia*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A vitimização primária é o dano direto, material ou psicológico, causado pelo próprio crime.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A vitimização terciária decorre da falta de amparo social e institucional, inclusive do próprio meio em que a vítima vive, que pode culpabilizá-la ou estigmatizá-la.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A vítima que provoca a conduta é a vítima provocadora. A vítima inteiramente inocente, ou ideal, é a que em nada concorre para o resultado.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. A sobrevitimização decorre do próprio funcionamento do sistema de justiça, e a Lei 14.245/2021 positivou mecanismos de proteção, com vedação de manifestações sobre circunstâncias estranhas ao fato e de linguagem ofensiva, sob pena de responsabilização.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O movimento vitimológico propõe o redescobrimento da vítima no processo penal, com reparação, assistência e participação, e não o retorno à vingança privada.

MELINDRE DA QUESTÃO
A sequência das três vitimizações é a chave: a primária vem do crime; a secundária, do sistema; a terciária, do meio social. A classificação de Mendelsohn, por sua vez, gradua a contribuição da vítima, da inteiramente inocente à exclusivamente culpada.

BLOCO 3 | PROCESSO CIVIL E CIVIL

QUESTÃO 41 | Direito Processual Civil — Gabarito: E

Tema: *Gratuidade da justiça*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A gratuidade não afasta a responsabilidade pelas despesas e honorários de sucumbência, apenas suspende a exigibilidade, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A presunção legal de veracidade é exclusiva da pessoa natural (art. 99, § 3º).

Alternativa C
Alternativa incorreta. O art. 99, § 2º, exige que o juiz, antes de indeferir, determine a comprovação do preenchimento dos pressupostos, sendo insuficiente, por si só, o valor da causa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O direito à gratuidade é pessoal e não se estende a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos (art. 99, § 6º).

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a tese firmada quanto à pessoa jurídica, que deve apresentar dados detalhados de sua situação financeira e patrimonial, não bastando inatividade ou queda de faturamento, e o regime da condição suspensiva quinquenal do art. 98, § 3º.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A é meia-verdade: a gratuidade suspende a exigibilidade, mas não exonera o beneficiário, que poderá ser executado nos cinco anos subsequentes se o credor demonstrar a cessação da insuficiência. Quanto à pessoa jurídica, o ônus probatório é qualificado, não se satisfazendo com documentos genéricos.

QUESTÃO 42 | Direito Processual Civil — Gabarito: C

Tema: *Multa coercitiva e cumprimento de obrigação de fazer*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A incidência pressupõe a intimação pessoal do devedor, pois a multa visa a coagir ao cumprimento, o que supõe ciência inequívoca da ordem.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A tese firmada em repetitivo reafirmou a vigência da Súmula 410 também sob o Código de 2015.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. É o conteúdo da tese fixada pela Corte Especial: sem intimação pessoal prévia, a multa não pode ser exigida, ainda que fixada em decisão regularmente publicada.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O art. 537, § 1º, autoriza o juiz, de ofício ou a requerimento, a modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda, ou mesmo a excluí-la, quando se tornar insuficiente ou excessiva.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A multa coercitiva reverte em favor do exequente, nos termos do art. 537, § 2º, distinguindo-se das multas sancionatórias por ato atentatório à dignidade da justiça.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B explora a intuição de que súmulas anteriores ao Código de 2015 teriam sido superadas em bloco. O julgamento repetitivo caminhou em sentido oposto, reafirmando a exigência de intimação pessoal, requisito de exigibilidade e não de validade da decisão que fixa a multa.

QUESTÃO 43 | Direito Processual Civil — Gabarito: B

Tema: *Citação por edital e esgotamento dos meios*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A tese firmada afasta a obrigatoriedade das diligências prévias como requisito objetivo, transferindo ao juiz a avaliação motivada do esgotamento dos meios.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. É o conteúdo da tese da Corte Especial: a citação ficta não depende da expedição de ofícios a todos os cadastros, exigindo-se avaliação judicial fundamentada quanto ao esgotamento das diligências razoáveis.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A citação por edital é plenamente compatível com o processo eletrônico, inclusive com publicação na rede mundial de computadores, nos termos do art. 257, II.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Ao réu revel citado por edital é nomeado curador especial (art. 72, II), providência que não se dispensa pela superveniente localização, salvo se o réu passar a integrar validamente a relação processual.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O art. 257, III, estabelece prazo de vinte a sessenta dias, fluindo da data da publicação única ou da primeira publicação.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A reproduz prática forense comum, o que a torna atraente, mas a tese fixada é de deformalização: o que se exige é a avaliação motivada do esgotamento, e não um rol fixo de diligências. A nulidade da citação por edital, quando configurada, é vício transrescisório, impugnável por *querela nullitatis* a qualquer tempo.

QUESTÃO 44 | Direito Processual Civil — Gabarito: D

Tema: *Execução, penhora e execução fiscal*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a II contraria a tese que veda a recusa fundada apenas na ordem legal de penhora.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Ambas as assertivas indicadas são falsas.

Alternativa C
Alternativa incorreta. As assertivas I e III estão corretas, mas a II é falsa.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. A legitimidade da reiteração automática de bloqueios e o cabimento de honorários na execução fiscal extinta por pagamento posterior ao ajuizamento correspondem às teses firmadas, ambas assentadas, respectivamente, na efetividade da execução e na causalidade.

Alternativa E
Alternativa incorreta. As assertivas II e IV são falsas.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva IV é a mais sedutora porque reproduz prática difundida na execução, mas o Superior Tribunal de Justiça reafirmou a teoria maior: a desconsideração exige prova de abuso, por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, não bastando a inexistência de bens ou a dissolução irregular. Quanto à assertiva II, a recusa da garantia exige fundamentação concreta sobre a sua idoneidade.

QUESTÃO 45 | Direito Processual Civil — Gabarito: A

Tema: *Remessa necessária e Fazenda Pública*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Além das hipóteses expressas do art. 496, § 3º, firmou-se que, sendo o valor da condenação apurável por simples cálculo aritmético e inferior ao patamar legal, dispensa-se o reexame necessário.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A remessa necessária não é recurso, mas condição de eficácia da sentença, não se sujeitando a prazo, preparo ou dialeticidade.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Enquanto não confirmada pelo tribunal, a sentença sujeita à remessa não produz efeitos, nos termos do art. 496, caput.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A remessa devolve ao tribunal o conhecimento integral da matéria apreciada na sentença, nos limites do capítulo desfavorável à Fazenda Pública.

Alternativa E
Alternativa incorreta. É exatamente o oposto: nos termos da Súmula 45 do Superior Tribunal de Justiça, no reexame necessário é defeso ao tribunal agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E inverte a Súmula 45 do Superior Tribunal de Justiça. Vale lembrar que a remessa necessária existe em favor da Fazenda, razão pela qual não pode converter-se em instrumento de agravamento de sua situação.

QUESTÃO 46 | Direito Processual Civil — Gabarito: B

Tema: *Coisa julgada e questão prejudicial*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O art. 504 exclui expressamente da coisa julgada os motivos, ainda que relevantes para determinar o alcance do dispositivo, e a verdade dos fatos.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. Reúne os três requisitos cumulativos do art. 503, § 1º, e as ressalvas da revelia e do § 2º, relativas a restrições probatórias ou limitações à cognição.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O art. 508 consagra a eficácia preclusiva ampla: consideram-se deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor, tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O art. 505, I, admite a revisão quando sobrevier modificação no estado de fato ou de direito, hipótese em que a parte pode pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O Código de 2015 dispensou a ação declaratória incidental, condicionando a extensão da coisa julgada à prejudicial ao preenchimento dos requisitos do art. 503, § 1º.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E é a mais perigosa para quem estudou pelo Código anterior, no qual a declaratória incidental era indispensável. O novo regime ampliou os limites objetivos da coisa julgada, mas condicionou essa ampliação ao contraditório efetivo, incompatível com a revelia.

QUESTÃO 47 | Direito Processual Civil — Gabarito: E

Tema: *Ação rescisória*

Alternativa A
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. São os §§ 2º e 3º do art. 966.

Alternativa B
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É a doutrina da tolerância da razoável interpretação da norma, cristalizada na Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal, recentemente reafirmada em tema repetitivo relativo a ações rescisórias sobre reajustes de servidores.

Alternativa C
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o regime do art. 975 e de seu § 2º, combinado com a Súmula 401 do Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa D
Alternativa correta, e por isso não é o gabarito. É o art. 968, II, com o limite do § 2º, combinado com o parágrafo único do art. 974.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa incorreta, e por isso é o gabarito. O art. 969 dispõe que a propositura da rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória, que depende de requerimento e de demonstração dos respectivos pressupostos.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E inverte a regra do art. 969. A lógica é a da estabilidade: a coisa julgada continua a produzir efeitos enquanto não desconstituída, e a suspensão é excepcional, dependente de tutela provisória requerida e fundamentada.

QUESTÃO 48 | Direito Processual Civil — Gabarito: A

Tema: *Sistema recursal*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Distingue corretamente a extensão e a profundidade do efeito devolutivo (art. 1.013, caput e § 1º) e acrescenta o efeito translativo, que permite o exame de ofício de matérias de ordem pública.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O Superior Tribunal de Justiça firmou a tese da taxatividade mitigada, admitindo o agravo de instrumento fora das hipóteses legais quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória começa a produzir efeitos imediatamente após a publicação, nos termos do art. 1.012, § 1º, V.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O art. 1.013, § 4º, determina que o tribunal, se possível, julgue desde logo o mérito, examinando as demais questões, sem devolver os autos ao primeiro grau.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Os embargos de declaração interrompem o prazo para outros recursos, ainda que inadmitidos ou rejeitados, salvo quando intempestivos. A protelação enseja multa, mas não afasta a interrupção, salvo a hipótese do art. 1.026, § 4º, quanto a novos embargos.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D invoca a supressão de instância, argumento plausível que o Código expressamente afastou ao consagrar a teoria da causa madura. Já a alternativa E confunde o efeito interruptivo com a sanção pela protelação, que são consequências independentes.

QUESTÃO 49 | Direito Processual Civil — Gabarito: D

Tema: *Honorários advocatícios de sucumbência*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O art. 85, § 14, veda expressamente a compensação em caso de sucumbência parcial.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O art. 85, § 6º-A, proíbe a apreciação equitativa quando o valor é líquido ou liquidável, ressalvadas as hipóteses do § 8º, relativas a proveito inestimável, irrisório ou valor da causa muito baixo.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O art. 85, § 17, assegura honorários ao advogado que atua em causa própria.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a autonomia e a natureza alimentar do crédito (§ 14), a cumulatividade com multas e sanções processuais (§ 12) e o cabimento de ação autônoma na hipótese de omissão da decisão (§ 18).

Alternativa E
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal firmou que o Ministério Público não se sujeita à condenação em honorários de sucumbência, devendo custear com dotação própria as perícias que requerer.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B é construída com um critério aparentemente razoável, a complexidade da causa, para contornar a vedação do § 6º-A. Fixe-se a regra: havendo valor líquido ou liquidável, a equidade é

proibida; incidindo o § 8º, observa-se o maior entre os valores recomendados pela Ordem dos Advogados do Brasil e o mínimo de dez por cento.

QUESTÃO 50 | Direito Processual Civil — Gabarito: C

Tema: *Tutela provisória*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A tutela de evidência dispensa a demonstração do perigo, bastando a evidência do direito nas hipóteses do art. 311.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A decisão estabilizada não faz coisa julgada; a estabilidade dos efeitos só é afastada por decisão proferida na ação própria do art. 304, § 2º.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. É o regime do art. 304, cujo prazo bienal se conta da ciência da decisão que extinguiu o processo, e não da decisão concessiva da tutela.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O prazo é de trinta dias (art. 308). Quinze dias é o prazo de aditamento da inicial na tutela antecipada antecedente.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O art. 300, § 3º, veda a concessão da tutela antecipada de urgência quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, ressalva que a jurisprudência tempera pela ponderação quando a irreversibilidade é recíproca.

MELINDRE DA QUESTÃO
A troca entre os prazos de quinze e trinta dias, nas tutelas antecipada e cautelar antecedentes, é das armadilhas mais recorrentes. Atenção também ao termo inicial do biênio do art. 304, § 5º, que não corre da concessão da tutela, mas da ciência da extinção do processo.

QUESTÃO 51 | Direito Civil — Gabarito: A

Tema: *Teoria do pagamento e formas especiais de extinção*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Reúne o art. 359, quanto ao restabelecimento da obrigação primitiva na evicção da coisa dada em pagamento, e o art. 350, que limita a sub-rogação legal ao desembolso, limitação inaplicável à sub-rogação convencional.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A obrigação nula não pode ser novada, por faltar-lhe existência jurídica válida a ser substituída; a anulável, sim, admite novação, que funciona como confirmação.

Alternativa C
Alternativa incorreta. As qualificações estão invertidas: a remissão é bilateral, porque depende de aceitação; a renúncia é unilateral e deve ser expressa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O art. 309 valida o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo, aplicação da teoria da aparência.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O art. 373, I, veda expressamente a compensação de dívidas provenientes de esbulho, furto ou roubo, independentemente da identidade das partes.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B é construída sobre uma afirmação correta, a de que a obrigação anulável pode ser novada, à qual se acrescenta a afirmação falsa quanto à obrigação nula. Repare que o limite do desembolso, na sub-rogação, só incide na modalidade legal.

QUESTÃO 52 | Direito Civil — Gabarito: D

Tema: *Juros, correção monetária e cláusula penal*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A cláusula penal compensatória converte-se em alternativa a benefício do credor (art. 410), que opta entre a obrigação e a pena, sem cumulá-las. A exigência cumulativa é própria da cláusula penal moratória (art. 411).

Alternativa B
Alternativa incorreta. O art. 416 dispensa a alegação de prejuízo; a indenização suplementar é que depende de convenção expressa, valendo a pena como mínimo.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Nas arras penitenciais a função é unicamente indenizatória, sendo vedada a indenização suplementar (art. 420 e Súmula 412 do Supremo Tribunal Federal). O cabimento é próprio das arras confirmatórias.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. É o regime do art. 406, § 1º, com a redação da Lei 14.905/2024, combinado com o parágrafo único do art. 389, e do art. 413, cuja redução é dever do juiz, podendo ser reconhecida de ofício.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A comissão de permanência não se cumula com correção monetária, juros remuneratórios, moratórios e multa contratual, conforme as Súmulas 30 e 472 do Superior Tribunal de Justiça.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D exige atenção à mecânica da nova taxa legal: a Selic é deduzida do índice de atualização monetária, justamente para evitar a dupla incidência inflacionária. Quanto ao art. 413, o verbo é "deve", e não "pode", o que afasta a discricionariedade na redução da pena excessiva.

QUESTÃO 53 | Direito Civil — Gabarito: C

Tema: *Responsabilidade civil: nexo causal e perda de uma chance*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A doutrina extrai do art. 403 a teoria da causalidade direta e imediata, havendo corrente expressiva pela causalidade adequada; o Superior Tribunal de Justiça não adota uma única teoria de modo exclusivo.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Há responsabilidade civil por ato lícito: o estado de necessidade não afasta o dever de indenizar o terceiro que não deu causa ao perigo (arts. 929 e 930).

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. O dano pela perda de uma chance não é dano emergente nem lucro cessante, mas terceira categoria, intermediária entre ambos, cuja reparação é proporcional à probabilidade perdida.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O fortuito interno, ligado ao risco da atividade, não exclui a responsabilidade; apenas o fortuito externo rompe o nexo causal.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A culpa concorrente não exclui a responsabilidade, apenas influi na quantificação da indenização, nos termos do art. 945.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D inverte a consequência do fortuito interno, que é justamente a manutenção da responsabilidade, como nas fraudes bancárias praticadas por terceiros, objeto da Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 54 | Direito Civil — Gabarito: E

Tema: *Desconsideração da personalidade jurídica*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A insuficiência patrimonial, isoladamente, não caracteriza abuso da personalidade jurídica.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A dissolução irregular pode ser indício relevante, mas não constitui, por si só, causa suficiente de desconsideração no regime da teoria maior. Não se confunde com a Súmula 435 do Superior Tribunal de Justiça, relativa ao redirecionamento da execução fiscal.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Mesmo requerida na petição inicial, hipótese em que se dispensa a instauração do incidente, exige-se a citação do sócio ou da pessoa jurídica, nos termos do art. 134, § 2º, do Código de Processo Civil.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O art. 28 do Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor, bastando o obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. É a reafirmação da teoria maior em julgamento repetitivo: exige-se prova do abuso, por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, nos termos do art. 50 e de seus parágrafos, acrescentados pela Lei 13.874/2019.

MELINDRE DA QUESTÃO
As alternativas A e B reproduzem práticas forenses frequentes e foram expressamente rejeitadas no julgamento repetitivo. Atenção à distinção de regimes: teoria maior no Código Civil, teoria menor no Código de Defesa do Consumidor e no direito ambiental.

QUESTÃO 55 | Direito Civil — Gabarito: B

Tema: *Planos de saúde e relações de consumo*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a II contraria a tese firmada, que afastou o dano moral presumido na recusa de cobertura.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. As assertivas I, III e IV correspondem às teses fixadas quanto à abusividade da limitação de sessões em terapias para o transtorno do espectro autista, à possibilidade de rescisão unilateral motivada em contratos coletivos de pequeno porte e à aplicação imediata da Lei 14.454/2022 aos contratos em curso.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A assertiva III está correta, mas a II é falsa.

Alternativa D
Alternativa incorreta. As assertivas III e IV estão corretas, mas a II é falsa.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A assertiva II é falsa, pelos fundamentos indicados.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva II é a mais sedutora porque a jurisprudência anterior inclinava-se ao dano moral presumido na negativa de cobertura. A tese fixada exige a demonstração de alteração anímica que ultrapasse o mero aborrecimento, o que reposiciona o ônus argumentativo do consumidor.

QUESTÃO 56 | Direito Civil — Gabarito: D

Tema: *Cadastros de inadimplentes e proteção do consumidor*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor exige comunicação por escrito ao consumidor quando a abertura do cadastro não for por ele solicitada.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça afasta a indenização por dano moral quando preexiste legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento da anotação irregular.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O art. 43, § 1º, limita a cinco anos a manutenção de informações negativas, observado também o prazo de prescrição da cobrança.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a tese que admite a comunicação por meio eletrônico, condicionada à comprovação do envio e da entrega ao destinatário, e a consequência indenizatória da omissão, ressalvada a hipótese da Súmula 385.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A Súmula 359 do Superior Tribunal de Justiça atribui ao órgão mantenedor do cadastro o dever de notificar o devedor antes de proceder à inscrição.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D exige dois conhecimentos combinados: a validade da comunicação eletrônica, admitida na tese recente, e a exigência de prova da entrega, que não se satisfaz com o mero envio. Lembre-se de que o dever de notificar recai sobre o órgão mantenedor, e não sobre o credor.

QUESTÃO 57 | Direito Civil — Gabarito: A

Tema: *Prescrição e decadência*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a tese firmada quanto ao termo inicial da petição de herança, que corre da abertura da sucessão pelo princípio da *actio nata* em sua vertente objetiva, e o entendimento consolidado do prazo decenal do art. 205 para o vício construtivo.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O art. 191 admite a renúncia da prescrição, expressa ou tácita, desde que consumada e sem prejuízo de terceiro.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Em regra, a decadência legal não se suspende nem se interrompe (art. 207), ressalvadas as hipóteses legais, como a do art. 198, I, em favor dos absolutamente incapazes.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O prazo é de três anos (art. 206, § 3º, V); os cinco anos aplicam-se às relações de consumo, por força do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a prescrição somente obsta a compensação se for anterior ao momento da coexistência das dívidas.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E inverte o marco temporal relevante: o que importa é a coexistência das dívidas, e não o momento em que a compensação é invocada. Na alternativa A, repare que a ação de reconhecimento de filiação, por ser imprescritível e declaratória, não interfere no curso da prescrição da pretensão patrimonial.

QUESTÃO 58 | Direito Civil — Gabarito: C

Tema: *Direitos autorais e reparação civil*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A tese recente do Superior Tribunal de Justiça dispensa a demonstração de prejuízo econômico concreto, bastando a violação da exclusividade.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis, nos termos do art. 27 da Lei 9.610/1998.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. A exploração não autorizada da obra, por si só, viola o direito de exclusividade e gera o dever de indenizar, independentemente de prova de prejuízo econômico concreto.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A limitação do art. 46 da Lei 9.610/1998 autoriza apenas a reprodução de pequenos trechos, e não a reprodução integral da obra.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O art. 8º da Lei 9.610/1998 exclui da proteção as ideias, os procedimentos normativos, os sistemas, os métodos e os conceitos matemáticos como tais; protege-se a forma de expressão, e não a ideia em si.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A reflete a intuição patrimonialista de que todo dano material exige prova do prejuízo, superada na tutela autoral pela natureza do direito de exclusividade: a simples utilização desautorizada já representa supressão do proveito que caberia ao titular.

QUESTÃO 59 | Direito Civil — Gabarito: B

Tema: *Contrato de seguro*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A Súmula 620 do Superior Tribunal de Justiça assenta que a embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização em seguro de vida.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a tese recente que validou o reajuste por mudança de faixa etária no seguro de vida em grupo e o enunciado da Súmula 609, relativo à ilicitude da recusa por doença preexistente sem exames prévios ou prova de má-fé.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Nos termos da Súmula 610, o suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato, ressalvado o direito do beneficiário à devolução da reserva técnica; após esse prazo, há cobertura.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A Súmula 616 exige a comunicação prévia do segurado acerca do atraso como requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A Súmula 402 dispõe que o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.

MELINDRE DA QUESTÃO
A questão exige o domínio de cinco enunciados sumulares que, em conjunto, revelam a orientação protetiva do segurado. A novidade está no reajuste por faixa etária em seguro de vida em grupo, cuja validade não se confunde com o regime mais restritivo dos planos de saúde.

QUESTÃO 60 | Direito Civil — Gabarito: E

Tema: *Condomínio edilício e obrigações propter rem*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O que define a responsabilidade é a relação jurídica material com o imóvel, caracterizada pela imissão na posse e pela ciência do condomínio, e não o registro do compromisso de compra e venda.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O prazo é quinquenal, conforme tese firmada em repetitivo, por se tratar de dívida líquida constante de instrumento particular.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O Superior Tribunal de Justiça nega natureza *propter rem* aos honorários sucumbenciais fixados em ação de cobrança de cotas condominiais.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A legislação não autoriza a perda da propriedade do condômino antissocial, admitindo-se a aplicação de multa, nos termos do art. 1.337, e a discussão doutrinária sobre medidas restritivas de uso, sempre com contraditório prévio.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. É a tese firmada em repetitivo: a natureza *propter rem* das despesas condominiais e a essencialidade da contribuição para a conservação do bem afastam a submissão desses créditos ao concurso de credores.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C é a mais sutil: a obrigação condominial é *propter rem*, mas os honorários sucumbenciais que dela decorrem não o são, pois nascem da relação processual. A distinção entre o crédito principal e o acessório processual é o ponto da questão.

BLOCO 4 | PROCESSO COLETIVO, DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAL

QUESTÃO 61 | Processo Coletivo — Gabarito: D

Tema: *Legitimidade na ação civil pública*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O Ministério Público tem legitimidade para a tutela de direitos individuais homogêneos quando presente relevância social, orientação consolidada no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O requisito da pré-constituição anual pode ser dispensado pelo juiz quando houver manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico (art. 5º, § 4º, da Lei 7.347/1985).

Alternativa C
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a ampla legitimidade da Defensoria Pública, bastando que do resultado da demanda possam beneficiar-se pessoas necessitadas, ainda que o grupo seja heterogêneo.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. É a tese firmada em julgamento repetitivo: a pretensão relativa a diferenças de complementação do Fundef ou do Fundeb não se insere na representação sindical, faltando legitimidade à entidade para a ação civil pública com esse objeto.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Prevalece que a legitimidade é extraordinária, por substituição processual, havendo corrente que a qualifica como legitimação autônoma para a condução do processo.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C reproduz entendimento restritivo já superado quanto à Defensoria Pública. A tese da alternativa D, por sua vez, é recente e delimita a atuação sindical: a legitimidade extraordinária existe para direitos da categoria, não para créditos de natureza diversa dirigidos ao ente federado.

QUESTÃO 62 | Processo Coletivo — Gabarito: B

Tema: *Coisa julgada coletiva*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Na improcedência por insuficiência de provas, qualquer legitimado pode repropor a ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova (art. 103, I, do Código de Defesa do Consumidor).

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. Descreve o regime do art. 103 do Código de Defesa do Consumidor, com a coisa julgada secundum eventum litis nos direitos difusos e coletivos e secundum eventum probationis e in utilibus nos individuais homogêneos.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A coisa julgada coletiva não prejudica as pretensões individuais (art. 103, § 1º), salvo para quem tenha intervindo no processo coletivo como litisconsorte.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da limitação territorial dos efeitos da coisa julgada coletiva, afastando a aplicação do art. 16 da Lei 7.347/1985 na redação da Lei 9.494/1997.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O transporte in utilibus exige habilitação e, em regra, liquidação, na qual se demonstram a titularidade individual e a extensão do dano.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D é a mais perigosa para quem estudou por material anterior ao julgamento que afastou a limitação territorial. A lógica é simples: a extensão da coisa julgada decorre da natureza indivisível do direito tutelado, e não da divisão administrativa da competência.

QUESTÃO 63 | Processo Coletivo — Gabarito: C

Tema: *Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O inquérito civil é facultativo e tem natureza de procedimento administrativo preparatório, não sendo condição da ação.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A promoção de arquivamento submete-se à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 9º da Lei 7.347/1985.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. O compromisso é tomado por órgãos públicos legitimados, tem eficácia de título executivo extrajudicial e recai sobre as condições de cumprimento, de modo e de prazo, sem disposição do direito material indisponível.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A lei restringe a tomada do compromisso aos órgãos públicos legitimados, excluindo as associações civis.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O compromisso não impede a atuação dos colegitimados nem a propositura de demanda quanto a aspectos não abrangidos, sobretudo diante de fatos ou provas novas.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C exige precisão conceitual: o compromisso de ajustamento de conduta não é transação sobre o direito material indisponível, mas acordo sobre o modo, o tempo e o lugar de seu cumprimento. Daí a sua compatibilidade com a indisponibilidade do interesse tutelado.

QUESTÃO 64 | Processo Coletivo — Gabarito: A

Tema: *Ação de improbidade administrativa*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a natureza civil da ação, o acordo de não persecução cível previsto no art. 17-B, com homologação judicial, e a tutela de indisponibilidade destinada a garantir o integral ressarcimento do dano.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Após a Lei 14.230/2021, a legitimidade ativa é do Ministério Público e da pessoa jurídica interessada, não se estendendo às associações civis.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A indisponibilidade depende de pedido, deve recair sobre bens suficientes ao ressarcimento e não alcança o bem de família, salvo nas hipóteses legais de exceção.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Fixou-se que a ação de improbidade, embora de natureza civil, não se confunde com a ação civil pública, possuindo regime próprio.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A absolvição criminal só repercute quando fundada na inexistência do fato, na negativa de autoria ou em excludente de ilicitude.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D explora a prática forense de tratar a improbidade como espécie de ação civil pública, leitura afastada no julgamento das ações diretas. A distinção tem consequências concretas quanto à legitimidade, ao regime de custas e à aplicação subsidiária das leis.

QUESTÃO 65 | Processo Coletivo — Gabarito: E

Tema: *Competência, conexão e litispendência coletivas*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A competência do art. 2º da Lei 7.347/1985 é funcional e, por isso, absoluta, não se prorrogando.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A competência da Capital é prevista para danos de âmbito regional ou nacional, nos termos do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor, não se aplicando quando o dano é local, ainda que atinja mais de um Município.

Alternativa C
Alternativa incorreta. Não há litispendência, mas a suspensão do processo individual depende de requerimento do autor, no prazo legal após a ciência da ação coletiva, conforme o art. 104 do Código de Defesa do Consumidor e a tese do Tema 60 do Supremo Tribunal Federal.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A conexão afere-se pela identidade de pedido ou de causa de pedir, sendo irrelevante, no processo coletivo, a identidade dos legitimados.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a natureza funcional e absoluta da competência, a inexistência de litispendência entre a coletiva e as individuais e o ônus do autor individual de requerer a suspensão para aproveitar-se da coisa julgada coletiva.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C é quase correta e se perde na palavra automática: a suspensão da ação individual depende de iniciativa do autor, não sendo decretada de ofício. Quem não requer prossegue por sua conta e risco, sem se beneficiar do resultado coletivo favorável.

QUESTÃO 66 | Processo Coletivo — Gabarito: C

Tema: *Ação popular*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A legitimidade é exclusiva do cidadão, pessoa natural no gozo dos direitos políticos, não se estendendo a pessoas jurídicas, conforme a Súmula 365 do Supremo Tribunal Federal.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A ação popular tutela também a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, admitindo-se a impugnação de ato lesivo ainda que sem dano patrimonial quantificável.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a prova da cidadania pelo título de eleitor, a coisa julgada secundum eventum probationis e o conteúdo condenatório e desconstitutivo da sentença de procedência, nos termos da Lei 4.717/1965.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Em caso de desistência ou abandono, o Ministério Público ou qualquer cidadão pode promover o prosseguimento da ação, mas o Ministério Público atua como sucessor processual na condução da demanda, e não como substituto do autor desistente, sendo-lhe vedado, ademais, assumir a defesa do ato impugnado.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O autor popular é isento de custas e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D é construída com um dado verdadeiro, a possibilidade de prosseguimento pelo Ministério Público, e uma qualificação jurídica equivocada. Registre-se a vedação expressa do art. 6º, § 4º, da Lei 4.717/1965, que impede o Ministério Público de defender o ato impugnado.

QUESTÃO 67 | Processo Coletivo — Gabarito: A

Tema: *Mandado de segurança coletivo e mandado de injunção*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. É o regime do art. 5º, LXX, da Constituição e dos arts. 21 e 22 da Lei 12.016/2009, com a Súmula 629 do Supremo Tribunal Federal, que dispensa autorização especial dos membros ou associados.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, as quais, porém, só se beneficiam da coisa julgada coletiva se o impetrante individual requerer a desistência no prazo legal.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O mandado de injunção coletivo é cabível para a tutela de direitos de grupo, classe ou categoria, não se exigindo que a omissão atinja a totalidade dos membros.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Desde a superação da posição não concretista, prevalece a corrente concretista, positivada na Lei 13.300/2016, que autoriza o estabelecimento das condições de exercício do direito enquanto perdurar a omissão.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A Súmula 629 do Supremo Tribunal Federal dispensa a autorização especial dos associados, bastando a previsão estatutária e a pertinência temática.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E reproduz a exigência própria da representação processual do art. 5º, XXI, da Constituição, que não se aplica ao mandado de segurança coletivo, hipótese de substituição processual. A distinção entre representação e substituição é o eixo do tema.

QUESTÃO 68 | Processo Coletivo — Gabarito: D

Tema: *Dano moral coletivo e destinação da indenização*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O dano moral coletivo é reconhecido na tutela de direitos transindividuais, e a sua configuração não depende de sofrimento psíquico individualizável, mas da lesão injusta a valores coletivos fundamentais.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A indenização por dano moral coletivo reverte ao fundo do art. 13 da Lei 7.347/1985, e não às vítimas individualmente.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A reparação fluida, prevista no art. 100 do Código de Defesa do Consumidor, é instituto próprio da tutela de direitos individuais homogêneos.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a destinação da indenização por dano moral coletivo ao fundo e o mecanismo da *fluid recovery*, cujo pressuposto é a ausência de habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano no prazo de um ano.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O Superior Tribunal de Justiça reconhece o dano moral coletivo *in re ipsa* em diversas hipóteses, sobretudo em matéria ambiental, dispensando a prova do abalo.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C inverte o campo de incidência da reparação fluida, que nasceu precisamente para evitar o enriquecimento do infrator quando os titulares de direitos individuais homogêneos não se habilitam. O dano moral coletivo, por sua vez, dirige-se à coletividade e reverte ao fundo.

QUESTÃO 69 | Processo Coletivo — Gabarito: B

Tema: *Liquidação e execução de sentença coletiva*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A tese firmada admite a dispensa da liquidação quando o valor for apurável por cálculos aritméticos, hipótese em que basta a apresentação do demonstrativo do débito.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. É o conteúdo da tese do Tema 1.169, que confere ao juízo da execução a análise concreta, em sede de impugnação, sobre a necessidade de liquidação.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A execução coletiva é subsidiária e não exclui a legitimidade individual; ao contrário, a execução pelo legitimado coletivo pressupõe, em regra, o decurso do prazo sem habilitação das vítimas.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Firmou-se que a sentença proferida contra a administração centralizada não pode ser executada por servidores de autarquias e fundações, que não foram alcançados pela coisa julgada.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A execução individual pode ser promovida no foro do domicílio do exequente, solução que prestigia o acesso à justiça e a efetividade da tutela coletiva.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D invoca a unidade da administração para estender a coisa julgada a quem dela não participou, exatamente o que a tese recente afastou. O critério é subjetivo: a coisa julgada alcança quem integrou a relação processual coletiva, direta ou indiretamente, pela representação adequada.

QUESTÃO 70 | Processo Coletivo — Gabarito: E

Tema: *Custas, honorários e ônus sucumbenciais na tutela coletiva*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A isenção não é absoluta: comprovada a má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis respondem por honorários e pelo décuplo das custas, nos termos do art. 17 da Lei 7.347/1985.

Alternativa B
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal firmou que o Ministério Público não se sujeita à condenação em honorários de sucumbência.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A inversão do ônus da prova não acarreta, automaticamente, a inversão do ônus de adiantar as despesas, conforme Súmula 232 do Superior Tribunal de Justiça e jurisprudência consolidada.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Quando a perícia é requerida pelo Ministério Público, verifica-se, inicialmente, a possibilidade de realização por entidade pública; havendo previsão orçamentária, cabe à instituição requerente adiantar os honorários; na ausência de previsão, o pagamento ocorre no exercício seguinte ou ao final, pelo vencido.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Reúne o regime do art. 18 da Lei 7.347/1985, quanto à dispensa de adiantamento e à condenação apenas em caso de má-fé, e a tese recente sobre os honorários e as perícias requeridas pelo Ministério Público.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A é quase correta e se perde no "em qualquer hipótese": a má-fé rompe a isenção e acarreta consequência agravada, com o décuplo das custas. Note-se a simetria do sistema: facilita-se o acesso ao processo coletivo, mas sanciona-se o uso abusivo.

QUESTÃO 71 | Direitos Humanos — Gabarito: D

Tema: *Sistema interamericano de proteção*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O indivíduo não tem legitimidade para submeter casos diretamente à Corte: a petição é apresentada à Comissão, a quem cabe, se for o caso, submeter o caso à jurisdição contenciosa.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A Comissão emite relatórios e recomendações, não sentenças. As decisões vinculantes em matéria contenciosa provêm da Corte.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O esgotamento dos recursos internos comporta exceções, como a inexistência do devido processo legal, o impedimento de acesso aos recursos e a demora injustificada na decisão.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. Descreve com precisão a divisão de atribuições: a Comissão atua na promoção, no exame de petições e na submissão de casos; a Corte exerce jurisdição contenciosa, condicionada ao reconhecimento de sua competência, e função consultiva.

Alternativa E
Alternativa incorreta. As medidas provisórias são da Corte, em casos de extrema gravidade e urgência, para evitar danos irreparáveis; as cautelares são da Comissão, com natureza e procedimento próprios.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A é a mais atrativa porque o indivíduo é o destinatário da proteção, mas não o legitimado processual perante a Corte. O desenho do sistema mantém a Comissão como filtro, embora a vítima participe autonomamente do procedimento contencioso após a submissão do caso.

QUESTÃO 72 | Direitos Humanos — Gabarito: C

Tema: *Condenações do Brasil e regime disciplinar diferenciado*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A Corte não declarou a incompatibilidade abstrata do instituto, mas impôs parâmetros convencionais para a sua aplicação, com ênfase na excepcionalidade e na temporariedade.

Alternativa B
Alternativa incorreta. Além da integridade pessoal, reconheceram-se violações ligadas à legalidade e à efetividade dos recursos internos, insuficientes para corrigir a situação.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. A decisão articula a proteção da integridade pessoal e a finalidade ressocializadora da pena com as garantias de legalidade e de proteção judicial, impondo parâmetros de interpretação conforme a Convenção Americana.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Um dos fundamentos centrais da condenação foi justamente a aplicação do regime com base em ato administrativo estadual, e não em lei formal, o que viola o princípio da legalidade.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A Corte não anula condenações internas: determina medidas de reparação e de não repetição, além de indenizações, cabendo ao Estado adequar a sua prática.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A é a mais sedutora para quem associa condenação internacional à invalidação do instituto. A lógica do controle de convencionalidade é outra: preserva-se a norma interna, impondo-se a interpretação compatível com a Convenção e os parâmetros de aplicação.

QUESTÃO 73 | Direitos Humanos — Gabarito: B

Tema: *Controle de convencionalidade e hierarquia dos tratados*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A estatura varia conforme o conteúdo e o rito: equivalência a emenda constitucional, supralegalidade ou paridade com lei ordinária.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. É a síntese da tese da supralegalidade, firmada no julgamento sobre a prisão do depositário infiel, combinada com o rito qualificado do art. 5º, § 3º, introduzido pela Emenda Constitucional 45/2004.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O controle de convencionalidade difuso pode e deve ser exercido por qualquer juiz ou tribunal, à semelhança do controle difuso de constitucionalidade.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A Súmula Vinculante 25 declara ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito, precisamente em razão da supralegalidade do Pacto de São José da Costa Rica.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A denúncia de tratados, sobretudo os de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado, é tema controvertido, prevalecendo a necessidade de participação do Congresso Nacional, em paralelismo com a aprovação.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D reproduz o entendimento anterior a 2008, superado pela tese da supralegalidade. Repare que a norma interna incompatível não é declarada inconstitucional, mas tem sua eficácia paralisada, construção que explica a convivência entre o art. 5º, LXVII, da Constituição e a Súmula Vinculante 25.

QUESTÃO 74 | Direitos Humanos — Gabarito: A

Tema: *Tratados internacionais e direitos das pessoas com deficiência*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. Foi o primeiro tratado aprovado pelo rito qualificado, e seu art. 1º consagra o modelo social, segundo o qual a deficiência resulta da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras que obstruem a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A Convenção supera o modelo médico, deslocando o foco do indivíduo para as barreiras sociais, ambientais e atitudinais.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O Tratado de Marrakesh, voltado ao acesso de pessoas com deficiência visual a obras publicadas, também foi aprovado pelo rito do art. 5º, § 3º.

Alternativa D
Alternativa incorreta. Nenhuma norma, ainda que equivalente a emenda, pode abolir cláusula pétrea. Admite-se a ampliação protetiva, jamais a supressão do núcleo essencial.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A Convenção foi incorporada ao ordenamento brasileiro pelo rito qualificado, integrando o bloco de constitucionalidade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa D confunde ampliação com supressão: o tratado equivalente a emenda submete-se aos mesmos limites materiais do poder de reforma. Quanto ao modelo social, note que a avaliação da deficiência passa a ser biopsicossocial, o que repercute, por exemplo, no reconhecimento da visão monocular.

QUESTÃO 75 | Direitos Humanos — Gabarito: E

Tema: *Igualdade e proteção de grupos vulneráveis*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A assertiva I está correta, mas a IV contraria a decisão que afastou a interpretação autorizadora da concessão de florestas em áreas ocupadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A assertiva II está correta, mas a IV é falsa.

Alternativa C
Alternativa incorreta. As assertivas I e III estão corretas, mas também a II está, o que torna incompleta a combinação.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A assertiva IV é falsa.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. As três primeiras assertivas correspondem a julgamentos recentes do Supremo Tribunal Federal em matéria de igualdade material e de proteção de grupos vulneráveis.

MELINDRE DA QUESTÃO
A assertiva IV insere uma compensação financeira para tornar plausível aquilo que a Corte rejeitou: territórios tradicionalmente ocupados não se submetem à lógica da concessão onerosa, por força do regime constitucional de proteção e do direito à consulta prévia, livre e informada.

QUESTÃO 76 | Direito Ambiental — Gabarito: B

Tema: *Princípios do direito ambiental*

Alternativa A
Alternativa incorreta. O poluidor-pagador não confere direito de poluir mediante pagamento: impõe a internalização dos custos de prevenção e de reparação, que de outro modo seriam suportados pela coletividade.

Alternativa B | GABARITO
Alternativa correta. A distinção entre precaução e prevenção repousa no grau de certeza científica sobre o risco, e o poluidor-pagador tem por núcleo a internalização dos custos ambientais, afastando a socialização do prejuízo.

Alternativa C
Alternativa incorreta. A reparação integral impõe, prioritariamente, a recuperação do bem lesado, sendo a compensação subsidiária e cumulável com a indenização pelos danos interinos e residuais.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O protetor-recebedor é amplamente acolhido, inspirando instrumentos como o pagamento por serviços ambientais, disciplinado em lei própria.

Alternativa E
Alternativa incorreta. O desenvolvimento sustentável exige a conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental, não servindo de fundamento para a flexibilização das exigências legais de licenciamento.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A traduz a leitura vulgar do poluidor-pagador, que o converteria em licença para poluir. O conteúdo correto é econômico e preventivo: os custos ambientais devem integrar o preço do produto ou serviço, e não ser transferidos à coletividade.

QUESTÃO 77 | Direito Ambiental — Gabarito: D

Tema: *Responsabilidade civil por dano ambiental*

Alternativa A
Alternativa incorreta. Adota-se a teoria do risco integral, que não admite as excludentes clássicas de rompimento do nexo causal.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A obrigação de reparar o dano ambiental tem natureza *propter rem*, aderindo à coisa e transmitindo-se ao adquirente, conforme entendimento consolidado e a Súmula 623 do Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O Supremo Tribunal Federal firmou, no Tema 999, a imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.

Alternativa D | GABARITO
Alternativa correta. Reúne os quatro vetores consolidados do regime: objetividade e solidariedade entre poluidores diretos e indiretos, com litisconsórcio facultativo; risco integral; natureza *propter rem* da obrigação; e imprescritibilidade da pretensão reparatória.

Alternativa E
Alternativa incorreta. Constatado o dano ambiental, o dano moral coletivo é presumido, dispensando prova do sofrimento da coletividade.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa A é a mais sedutora porque transporta para o dano ambiental o regime do art. 37, § 6º, da Constituição. A diferença é substancial: no risco integral, nem o caso fortuito nem o fato de terceiro afastam o dever de reparar, solução que se justifica pela indisponibilidade do bem tutelado.

QUESTÃO 78 | Direito Ambiental — Gabarito: E

Tema: *Áreas de preservação permanente e teoria do fato consumado*

Alternativa A
Alternativa incorreta. A proteção ambiental não distingue áreas urbanas de rurais, orientação reiterada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A limitação administrativa é geral e, em regra, não indenizável, salvo quando comprovado o esvaziamento integral do conteúdo econômico do bem, hipótese excepcional de desapropriação indireta.

Alternativa C
Alternativa incorreta. O Superior Tribunal de Justiça rejeita a aplicação da teoria do fato consumado em matéria ambiental, por não se admitir a consolidação do ilícito pelo decurso do tempo.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A reserva legal não é passível de simples supressão mediante pagamento: o Código Florestal disciplina hipóteses restritas de regularização, com recomposição, regeneração ou compensação por área equivalente, observados os requisitos legais.

Alternativa E | GABARITO
Alternativa correta. Reúne a rejeição da teoria do fato consumado, a indistinção entre áreas urbanas e rurais e a natureza da área de preservação permanente como limitação administrativa, em regra não indenizável.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa C invoca a segurança jurídica e a consolidação do tempo, argumentos que operam em outros ramos, mas que o direito ambiental rejeita em nome da intergeracionalidade: o dano permanece enquanto não recuperada a área, o que também explica a imprescritibilidade da pretensão reparatória.

QUESTÃO 79 | Direito Ambiental — Gabarito: A

Tema: *Competência ambiental e licenciamento*

Alternativa A | GABARITO
Alternativa correta. A competência material é comum (art. 23 da Constituição), e a Lei Complementar 140/2011 fixou o licenciamento em instância única, preservada a atuação supletiva e subsidiária na omissão ou na insuficiência do ente originariamente competente.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A competência legislativa sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais e controle da poluição é concorrente (art. 24, VI).

Alternativa C
Alternativa incorreta. O licenciamento é de instância única, cabendo a um único ente, segundo os critérios da Lei Complementar 140/2011, sem prejuízo da manifestação dos demais interessados.

Alternativa D
Alternativa incorreta. O estudo prévio de impacto ambiental é exigível para atividades potencialmente causadoras de significativa degradação, admitindo-se, nos demais casos, estudos ambientais menos complexos.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A Lei Complementar 140/2011 preserva o poder de fiscalização comum, prevalecendo, em caso de duplicidade de autuações, o auto de infração lavrado pelo ente licenciador, sem que isso impeça a atuação dos demais.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa E parte de uma regra verdadeira, a prevalência do auto de infração do ente licenciador, para extrair conclusão falsa quanto à impossibilidade de atuação dos demais entes. O poder de polícia ambiental é comum; o que a lei organiza é a prevalência em caso de conflito.

QUESTÃO 80 | Direito Ambiental — Gabarito: C

Tema: *Florestas públicas, fauna e manifestações culturais*

Alternativa A
Alternativa incorreta. As unidades de proteção integral admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais; o uso direto é próprio das unidades de uso sustentável.

Alternativa B
Alternativa incorreta. A criação pode dar-se por ato do Poder Público, mas a redução dos limites e a desafetação só podem ocorrer mediante lei específica, nos termos do art. 225, § 1º, III, da Constituição.

Alternativa C | GABARITO
Alternativa correta. A primeira parte reflete a decisão que afastou a interpretação autorizadora da concessão florestal em territórios de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; a segunda corresponde ao regime construído a partir da Emenda Constitucional 96/2017, que condiciona a prática à regulamentação por lei específica e à proteção do bem-estar animal.

Alternativa D
Alternativa incorreta. A vedação à crueldade permanece como regra constitucional; a Emenda 96/2017 inseriu parâmetro de compatibilização para as manifestações culturais registradas como patrimônio cultural, sem autorizar maus-tratos.

Alternativa E
Alternativa incorreta. A fauna silvestre é bem de uso comum do povo, sendo vedada a sua apropriação privada, nos termos da legislação de proteção ambiental.

MELINDRE DA QUESTÃO
A alternativa B explora a simetria das formas, que em direito ambiental é assimétrica de propósito: cria-se unidade de conservação por decreto, mas só se reduz ou desafeta por lei, regra que densifica o princípio da proibição do retrocesso ambiental.